



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIRI

Alejandro Avalo Ferreira

**Banco Comunitário na Fronteira pelas Lentes dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável: O Caso do Pire em Dourados/MS**

Dourados - MS
Mai 2021

Alejandro Avalo Ferreira

**Banco Comunitário na Fronteira pelas Lentes dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável: O Caso do Pire em Dourados - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Matheus Hernandes de Carvalho.

**Dourados - MS
Maio 2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F382b Ferreira, Alejandro Avalo
Banco Comunitário na Fronteira pelas Lentes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O Caso do Pire em Dourados - MS [recurso eletrônico] / Alejandro Avalo Ferreira. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Matheus de Carvalho Hernandez.
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mulheres em Movimento. 2. Pirapire. 3. Pire. 4. Vila São Braz. I. Hernandez, Matheus De Carvalho. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 7 de maio de 2021, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Alejandro Avalo Ferreira** tendo como título "**Banco Comunitário na Fronteira pelas Lentes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O Caso do Pire em Dourados/MS**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Matheus de Carvalho Hernandez** (orientador), **Dr. Alex Torres Domingues** (examinador) e **Dr. Mário Teixeira de Sá Júnior** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, assinada pelo orientador confirmando a participação remota dos demais examinadores.

Observações: _____

Assinatura:

Dr. Matheus de Carvalho Hernandez

Orientador

DEDICATÓRIA

Dedico esta Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aos meus pais, minha mãe Ilse Graciela Avalo Ferreira e meu pai Valdir Ferreira, por tudo quanto fizeram e fazem por mim.

AGRADECIMENTOS

Uso esse espaço para agradecer, primeiro, o Orientador, Professor, Mestre Lucas Eduardo Silveira de Souza, pelas orientações com dedicação que resultaram nessa monografia/Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

À minha colega e amiga Ana da Cunha Sanches por ter me ajudado desde que a conheci.

À Fundação Universidade Federal da Grande Dourados pelos auxílios e bolsas que concorreram para a formação.

À Doutora Adriana Kirchof de Brum nas atividades de pesquisa com a Iniciação Científica, ao Mestre Ijean Gomes Riedo nas atividades de extensão pela Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias e ao Mestre Lucas Eduardo Silveira de Souza pelas atividades de ensino nas monitorias.

À companheira e militante Neide Castilho dos Santos pelos ensinamentos que compartilhou comigo.

Agradeço à Luzia Nunes Leao e à Veronice Faria de Moura por me aceitarem como voluntário na Loja e na Central de Comercialização.

Em especial, às empreendedoras Luzia Ezilia Barbosa – a Lu Barbosa, Kellen Cardoso Freitas e Janete Pezzarico Lima da Central de Comercialização, à Sônia Aparecida Cardoso, Rosa Luiza de Sá Lucena e Edina Lucia Barbosa de Oliveira, da Loja de Comercialização.

Agradeço às empreendedoras e aos empreendedores que são Albena Pereira Santos, Aldaiza Antunes de Souza, Alice Miyeko Yamashita Angievisch, Ana Paula Moraes Melo dos Passos, Anália Andrade, Antonia Nadir Siqueira Godoi, Bernadete Aparecida de Lima Vidal, Cleonice da Silva Hermanson Carvalho, Cleusa Leite de Oliveira Azevedo, Eliane de Fátima Fernandes de Alcântara, Elioney Vital da Costa, Elma Luzia Corrêa Scarabelli, Geiza de Souza Silveira, Hilda Maria Silva, Ivete Brunetta, Jadiga Gauze Kucmanski – a Elvira, Lourdes da Silva Costa, José Mauro Bispo Carreiro, Jupira Ribeiro Batista, Lisandra Silva Melo, Luiz Roberto De Carvalho, Luiza Vermieiro Pereira Rodrigues, Maria Aparecida Benites Manfre, Maria da Conceição, Maria das Neves da Silva, Maria de Fátima Macedo Alves, Maria do Carmo de Faria Prisco, Maria Gonçalves Hirose, Maria Luiza Cavanha Lima, Maria Neide Chavoni Silva, Neuza Cavalheiro de Moraes, Odair Laércio de Lima, Orlanda Araújo de Oliveira, Suzana Mari Ferreira da Cunha Santos, Thais Cristina Oliveira Barbosa,

Vanuza Rosio da Silva, Vera Lucia Moreira Dias, Vera Ribeiro Carreiro, Vilma Marques de Souza e à Zenilda Duarte Costa, que estão associados na Loja e/ou Central de Comercialização da Rede de Economia Solidária de Dourados.

E, por último, mas não menos importante, agradecer a participação de todos quantos, de uma forma ou de outra, participaram nesse trabalho. Sejam os entrevistados residentes e/ou domiciliados dentro ou fora do bairro Vila São Braz e das áreas de atuação do Pire; incluindo os clientes e/ou usuários do Pire e de analistas na linha de Finanças Solidárias, de diversas áreas, principalmente de Economia Solidária. Em especial ao colaborador Professor, Doutor Paulo Roberto Cimó Queiroz, à técnica de laboratório de acervos documentais, Flávia Aparecida Alencar Muglia Pelegrinelli e, também à bibliotecária documentalista Ivanir Martins de Souza, do Centro de Documentação Regional (CDR), da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), por toda ajuda prestada com os arquivos que concederam para analisar e que compõem esse trabalho.

E, finalmente, a minha efusiva saudação: Viva, João Joaquim Segundo, por criar os Bancos Comunitários Brasileiros que ajudam muitas e tantas pessoas!

*“[...] Dourados já é referência
Em desenvolvimento comunitário
Na construção de um país
Desenvolvido e humanitário
Enriquecendo a nação
Com o ideal solidário!...”*

“Economia Solidária”

LANGE, Odila Schwingel

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar o Banco Comunitário Pire, à luz dos objetivos de criação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O Pire é um empreendimento de Finanças Solidárias da Economia Solidária, que oferece produtos e serviços solidários para os residentes e domiciliados no bairro Vila São Braz, no município de Dourados, do estado de Mato Grosso do Sul, nas suas áreas de atuação. O trabalho procura responder qual a semelhança e os impactos entre os objetivos da instituição e os objetivos do desenvolvimento sustentável primários, como: (1) “Erradicação da Pobreza”, (2) “Fome Zero”, (11) “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e, como secundários, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: (5) “Igualdade de gênero”, (8) “Trabalho decente e crescimento econômico” e (10) “Redução das desigualdades”. Por meio de análise qualitativa, a pesquisa considerou a revisão de literatura, análise documental e registro institucional, com estudo de campo e entrevistas. Os resultados apontam que o Pire apresenta diversos problemas, especialmente ao executar parcialmente e não totalmente os seus objetivos de criação e que os ODS podem ser atingidos por meio de projetos como as parcerias com outros atores.

Palavras-Chave: Mulheres em Movimento. Pirapire. Pire. Vila São Braz.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Pire Community Bank in the light of the United Nations' creation objectives and Sustainable Development Goals (SDGs). Pire is a solidarity finance enterprise in the solidarity economy that offers solidarity products and services to residents and domiciles in the Vila São Braz neighborhood, in the municipality of Dourados, in the state of Mato Grosso do Sul for the areas in which it operates. The work seeks to answer what is its similarity and the impacts between the objectives of the institution and the primary Sustainable Development Goals such as 1 "Eradication of Poverty", 2 "Zero Hunger", 11 "Sustainable Cities and Communities" and as secondary SDGs 5 "Gender equality", 8 "Decent work and economic growth" and 10 "Reduction of inequalities" Through qualitative analysis, the research considered the literature review, document analysis and institutional registration, with field study and interviews. The results show that the Pire presents several problems, when partially and not fully implementing its creation objectives and that the SDGs can be achieved through projects such as partnerships with other actors.

Keywords: Mulheres em Movimento. Pirapire. Pire. Vila São Braz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vila São Braz, Dourados -MS	34
Figura 2 – Pire.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	28
Quadro 2 – Objetivos Equivalentes	29
Quadro 3 – Metas Equivalentes	30
Quadro 4 – Produtos e Serviços	36
Quadro 5 – Cronologia	38
Quadro 6 – Pirapire	39
Quadro 7 – Demonstrativo Anual de 2001 a 2019	47
Quadro 8 – Dos Problemas as Sugestões de Ideias para Solucionar.....	54
Quadro 9 – Ideias para Solucionar os Problemas pelas Agendas	57

LISTA DE ABREVIATURAS

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
AMCP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
AMM – Associação Mulheres em Movimento
BA – Banco da Aldeia
BC – Banco Comunitário
BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento
BCDCD – Banco de Desenvolvimento Cidade de Deus
BCDP – Banco Comunitário de Desenvolvimento Pire
BCICOM– Banco Comunitário ICOM
BCP – Banco Comunitário Pire
BG – Banco Grameen
BP – Banco Pire
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
EFS – Empreendimentos de Finanças Solidários
ES – Economia Solidária
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FS – Finanças Solidárias
GB – Grameen Bank
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP – Instituto Banco Palmas
ICOM – Instituto Comunitário da Grande Florianópolis
ITESS – Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias
MM – Mulheres em Movimento
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
NU – Nações Unidas
PD – Prefeitura de Dourados
PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Liberal

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RESD – Rede de Economia Solidária de Dourados

RBBC – Rede Brasileira de Bancos Comunitários

SG – Secretário-Geral

UFGD – Universidade Federal Grande Dourados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. DO “BANCO DOS POBRES” PARA O “BANCO DA COMUNIDADE”	19
1.1 O BANCO DA ALDEIA / GRAMEEN BANK COMO “BANCO DOS POBRES” ...	19
1.2 BANCO COMUNITÁRIO COMO “BANCO DA COMUNIDADE”	21
1.3 MOEDA SOCIAL	26
1.4 SOB A ÓTICA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ..	28
2. O BANCO COMUNITÁRIO PIRE	33
2.1 LOCALIZADO EM VILA SÃO BRAZ, DOURADOS - MS	33
2.2 BANCO COMUNITÁRIO PIRE	34
2.3 PIRAPIRE.....	39
2.4 DAS OBSERVAÇÕES ÀS IDENTIFICAÇÕES.....	41
2.5 VOCÊ CONHECE O BANCO COMUNITÁRIO PIRE?	44
3. ANÁLISE PELAS LENTES DO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	46
3.1 AS FASES DO PIRE: DO BANCO COMUNITÁRIO À CASA LOTÉRICA.....	46
3.2 AÇÕES: DOS PROBLEMAS ÀS SOLUÇÕES	49
3.3 AGENDA 2030: PIRE PELAS LENTES DAS ODS	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63
ANEXO	71

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como finalidade analisar o Banco Comunitário de Desenvolvimento Pire à luz de seus objetivos de criação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU). Na tentativa de responder quais são as suas semelhanças e os impactos diretos e indiretos entre os objetivos do empreendimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o local, sob análise dos dados de 2019, em comparação entre os anos de 2011 a 2018. Com a justificativa de analisar o Pire, que é um Banco Comunitário, como um dos meios de empreendimento de Finanças Solidárias, participante portanto da Economia Solidária. Banco que oferece produtos e serviços financeiros solidários para os residentes e domiciliados de baixa renda que são de vulnerabilidade social, do bairro Vila São Braz, para as suas áreas de atuação, compostos por microáreas de bairros nas proximidades, que consistem numa periferia intramunicipal com desigualdades e exclusões sociais, no entorno da cidade do município de Dourados, do estado de Mato Grosso do Sul, que é região de faixa da fronteira. Com a hipótese de que o Pire não está realizando os seus objetivos de criação, nem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que está com diversos problemas, não sendo um instrumento financeiro qualquer como acontece com os bancos em geral, por exemplo.

É uma pesquisa básica explicativa, qualitativa e de campo, realizada por meio de questionários, entrevistas, observação, revisão de literatura, análise documental e registros institucionais. Com o referencial teórico em Economia Solidária com ênfase em Finanças Solidárias e enfoque em Bancos Comunitários como primário e, como secundários, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015). Do ponto de vista bibliográfico, buscamos autores como: Aldaiza de Oliveira Sposati (1999), Andréa Wolffenbüttel (2006), Angela Maria Mesquita Fontes (2003), Ariel Colonos (1995), Boaventura de Sousa Santos (2012), Carolina Beltrão de Medeiros (2018), Carolina Hermes Eichenberg (2013), Cicilia Maria Krohling Peruzzo (2009), Claire Gomes dos Santos (2009), Claudia Lucia Bisaggio Soares (2006), Ellen Meiksins Wood (2001), Ezio Manzini (2008), Francisco Marcelo Garritano Barone do Nascimento (2002), John Rawls (2003), José Cretella Júnior (1991), José Paschoal Rossetti (1997), Livia Rejane Miguel Amaral Schumann (2014), Marcelo de Oliveira Volpato (2009), Maurício Sardá de Faria (2015), Milton Almeida dos Santos (2006), Muhammad Yunus (2000,

2002, 2008), Nelson Abrão (2009), Paul Israel Singer (1999; 2002; 2004; 2007; 2008; 2013 e 2014), Rosinha da Silva Machado Carrion (2009), Paulo Peixoto Albuquerque (2003), Rogério Nagamine Costanzi (2002), Sérgio José Cavalcanti Buarque (1999), Thomas R. Dye (2008), Washington Peluso Albino de Souza (1999) e William Héctor Gómez Soto (2008).

Esse trabalho relaciona-se com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável como os seguintes objetivos: (1) “Erradicação da Pobreza”, (2) “Fome Zero”, (11) “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e, como secundários, os itens constantes nos ODS: (5) “Igualdade de gênero”, (8) “Trabalho decente e crescimento econômico” e (10) “Redução das desigualdades”, todos com o objetivo de reduzir as desigualdades e exclusões sociais dentro dos Estados, para promover o desenvolvimento com inclusão social. Nesse sentido, o Pire é visto e entendido como um instrumento de Finanças Solidárias, parte integrante da Economia Solidária, com a finalidade de desenvolver o local nas dimensões: ora ambiental, cultural, econômico, histórico e social, de natureza ora material e/ou imaterial, que representa em sua essência o desenvolvimento solidário. Mas, que o Pire não necessariamente converge de forma direta com os ODS, já que até então, não há nenhum projeto no e do Pire que busque aderir aos ODS. Logo, friso que a razão de incluir os ODS na análise é porque os instrumentos da Economia Solidária, que é a proposta do Pire, que estão inseridos dentro da Agenda 2030 com as ODS, possuindo sintonia mais direta com alguns ODS.

O trabalho está dividido em 3 capítulos, sendo que o primeiro capítulo analisa a partir do Graamen Bank/Banco da Aldeia como o “Banco dos Pobres”, apresentado como exemplo internacional por produtos como o microcrédito. Como exemplo nacional destaca-se o “Palmas” como um banco da comunidade que assemelha-se ao “Pire”, mostrando a partir de seus objetivos, as suas semelhanças e diferenças, com os objetivos do “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável” e da “Agenda 2030”. Através desta inter-relação chegamos a alguns questionamentos, tais como: o que são Finanças Solidárias, como e quais são os meios, o que são e quais são os seus objetivos, o papel da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, de um Banco Comunitário e de suas moedas sociais e qual o marco legal e regulatório?

O segundo capítulo analisa a história do Banco Comunitário Pire, desde a sua criação até 31 de dezembro de 2019, com os dados de 2019, em comparação entre os anos de 2011 a 2018, com os produtos e serviços que são oferecidos. A análise

aborda ainda o perfil dos seus clientes e usuários, a comunidade local, ou seja, os residentes e domiciliados na Vila São Braz e nas áreas de atuação, objetivando apresentar os problemas que foram identificados.

E o capítulo final analisa o resultado dos problemas identificados no atual cenário, a partir do que foi analisado no capítulo anterior, comparando com o estudo de caso do Banco Comunitário da Cidade de Deus, em 2013, por Amanda Medeiros, que resultou na dissertação: “Bancos comunitários de desenvolvimento como instrumento de políticas públicas: o caso do Banco Cidade de Deus”. Comparando-se as convergências e as divergências com os objetivos de criação do Pire e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, no caso do Pire, com sugestões de formas de se trabalhar para que, no futuro próximo, resulte num cenário melhor do que o atual, para atingir os dois lados dos objetivos com o propósito de desenvolvimento solidário e sustentável.

Um trabalho inédito que está relacionado diretamente com o campo de estudo das Relações Internacionais, em consideração a localização do objeto desta pesquisa, o Pire em Dourados (MS), que está em uma zona de fronteira, com o assunto de uma Organização Internacional, a ONU com a Agenda 2030, interligando indiretamente com outros campos como a Administração, Ciências Sociais, Direito, Políticas Públicas.

Com os dados da observação efetuada durante as análises, após a coleta de dados, na tentativa de obter respostas da administração da esfera municipal de Dourados do governo “Compromisso com as Pessoas”, de Délia Godoy Razuk, filiada ao Partido Liberal (PL) e a da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, foram procurados em várias tentativas de contatos, seja através de mensagens, por meio do correio eletrônico institucional, que é um dos canais oficiais, entretanto não responderam. Em consequência desta falta, esse trabalho não apresenta o posicionamento das partes pela falta de respostas com as perguntas.

Uma observação é que a coleta de dados iniciou em 2019 e em 2020 as análises com a escrita dessa monografia, foi durante a atual pandemia de COVID-19 (Doença por Coronavírus – 2019), e com isso impactou diretamente o uso de ferramentas desta pesquisa que tiveram que se adaptar a esse cenário de emergência global e principalmente local (do presencial de início para o virtual até o fim: as visitas, observações entrevistas de campo, foram substituídos por meio de redes sociais,

meio de comunicação como de aplicativos de mensagens, de vídeo para resultar esse trabalho).

CAPÍTULO 1 – DO “BANCO DOS POBRES” PARA O “BANCO DA COMUNIDADE”

O objetivo deste capítulo é analisar os objetivos, as semelhanças e as diferenças a partir do Grameen Bank/Banco da Aldeia com o "Banco dos Pobres" - que é exemplo internacional pelos seus produtos de microcrédito para o exemplo nacional trouxemos o “Palmas”; como o “Banco da Comunidade” que focamos no Pire, que é o “Banco da Comunidade da Vila São Braz” em Dourados/MS - em relação aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. E ainda o que são Finanças Solidárias, como e quais são os meios e objetivos, o papel da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, de um Banco Comunitário e de sua moeda social, o marco legal e regulatório; questionamentos a serem respondidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental com revisão de literatura.

1.1 O BANCO DA ALDEIA / GRAMEEN BANK COMO “BANCO DOS POBRES”

O Grameen Bank (GB) /Banco da Aldeia (BA), conhecido como “Banco dos Pobres” é o primeiro banco de microcrédito, sendo esta modalidade de crédito um dos produtos oferecidos que o originou. Criado por Muhammad Yunus, em Bangladesh, no ano de 1976, com o objetivo principal de combater a pobreza e de valorizar o autoemprego (YUNUS, 2000 p. 268), à época, para aquela localidade.

Por meio do microcrédito, que é um produto com o objetivo para reduzir a pobreza, pela geração de renda, visa-se o resultado em termos de desenvolvimento socioeconômico para o local (YUNUS, 2002). Com esse crédito, considerado um direito humano pretende-se, como consequência, resultar em igualdade econômica e social para as pessoas que são de classe de baixa renda, que terão a oportunidade de se inserir e participar desta economia, que não conseguiriam essa possibilidade, a não ser através dessa permissão de acesso. Pelas instituições, como meios, que ofertam microcréditos, que visam a atuação de não lucrar, com o objetivo de reduzir e, até mesmo, erradicar a pobreza e suas consequências, concedendo esses créditos:

Estou profundamente convencido de que poderemos livrar o mundo da pobreza se estivermos determinados a isso. Essa conclusão não é fruto de uma esperança crédula, mas o resultado concreto da experiência que adquirimos em nossa prática do microcrédito. O crédito por si só, não poderia acabar com a situação de pobreza. Ele é apenas um dos meios que permitem sair da pobreza. Outras saídas podem ser abertas para facilitar a mudança. Mas para isso é necessário ver as pessoas de modo diferente e conceber um

novo quadro para essa sociedade, coerente com essa nova visão (YUNUS, 2006, p. 9).

Com essa oportunidade de ter esse crédito, mesmo que seja micro, adequando-se à realidade dos moradores daquele local, são construídos sentimentos e relações sociais informais, que substituem os tradicionais e velhos atendimentos formais dos banqueiros. E, no cenário de não se pagar, ocorrem consequências de caráter moral dentro da comunidade local e na instituição, sobre quem é devedor. É o que nos afirma YUNUS (2006):

Os empréstimos são concedidos aos indivíduos. Embora as responsabilidades sejam repartidas entre os membros do grupo, cada pessoa que recebe dinheiro é responsável pelo seu próprio empréstimo. Julgamos também preferível que o grupo se constituísse sozinho, sem a nossa interferência. A solidariedade resultaria mais forte se ele nascesse a partir de negociações entre seus membros. Descobrimos inicialmente que a constituição de um grupo era essencial ao sucesso de nossa empresa. Individualmente, um pobre se sente exposto a todos os tipos de perigos. O fato de pertencer a um grupo lhe dá uma sensação de segurança. O indivíduo isolado tem tendência a ser imprevisível e indeciso. Num grupo ele se beneficia do apoio e do estímulo de todos e, com isso, seu comportamento se torna mais regular e ele passa a ser um financiado mais confiável. A pressão mutuamente exercida – de modo às vezes sutil, às vezes nem tanto – mantém os membros do grupo em consonância como os objetivos mais amplos do programa de crédito. O sentimento de competição que se instaura no grupo e também entre os diferentes grupos incita cada um a fazer o melhor. É difícil controlar indivíduos isolados que fazem um empréstimo; é muito mais fácil fazê-lo se eles integram um grupo. Além disso, transferir para o grupo a tarefa do controle inicial aumenta a sua autoconfiança e diminui o trabalho dos empregados do banco. (YUNUS, 2006, p. 135).

Porém, o microcrédito como produto, é uma forma para o desenvolvimento local e que alerta para a necessidade de algumas ações preventivas, como por exemplo: a rapidez e diversificação nas garantias para liberar os créditos, que podem inclusive variar, de acordo com a relação de bom pagador. Com isso, mais oportunidades para esse cliente e usuário, como é aconselhado pela instituição, com o intuito de atingir um número maior de pessoas.

1.2 BANCO COMUNITÁRIO COMO “BANCO DA COMUNIDADE”

Os Bancos Comunitários (BC) são Empreendimentos de Finanças Solidárias (EFS) como um dos meios de Finanças Solidárias (FS) da Economia¹ Solidária (ES) que é “um conjunto de atividades econômicas como de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (CONAES, 2006, s/n), como também as Cooperativas e os Fundos Solidários, por exemplo.

As FS são um conjunto de acesso ao uso de produtos e serviços financeiros solidários para pessoas de baixa renda sem o acesso como público-alvo, para diversos motivos, como para financiar o investimento de um empreendimento:

As Finanças Solidárias referem-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas (...) De modo geral, essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais, seja para financiar o consumo ou para outros tipos de investimentos na produção ou realização de serviços (Brasil, 2013, p. 6).

Com a ideia das FS é feito por meio dos BCs, por Singer diz que a “finalidade do Banco Comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos² capitalistas³, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade⁴ que o

¹Para ROSSETTI, a área da economia “É a ciência que estuda os recursos escassos e as alternativas de produção, para atender as necessidades ilimitadas dos indivíduos.” “... compete o estudo da ação econômica do homem, envolvendo essencialmente o processo de produção, a geração e a apropriação da renda, o dispêndio e a acumulação.” (ROSSETTI, 1997, p.31).

² Abrão diz que Banco é uma espécie do gênero instituição financeira, sendo esta, por definição legal, a pessoa jurídica pública ou privada que tenha “como atividade principal ou acessória a coleta intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiro, em moeda nacional ou estrangeira, e custódia de valor de propriedade de terceiros” (Lei n. 4.595 de 31-12-1964, art. 17). Banco é: a) uma organização empresária; b) que se utiliza de recursos monetários próprios, ou de terceiros; c) na atividade creditícia (toma e dá emprestado).” (ABRÃO, 2009, p.4-23).

³ O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital [por meio da exploração massiva dos trabalhadores] (WOOD, 2001, p. 12).

⁴ Para Peruzzo e Volpato “Comunidade” evoca sensações de solidariedade, vida em comum [...]” (Peruzzo e Volpato, 2009, p. 140).

criou e o utiliza” (SINGER, 2013, p. 35) que esses criadores são como “sujeitos econômicos e geradores de mudanças” (RAPOSO, 2015, p. 108).

Observemos o que nos afirma Singer, uma das maiores referências na pesquisa em economia solidária: “[...] o investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela” (SINGER 2007, p. 58).

O economista defende, portanto, que a economia seja solidária e não competitiva, ou seja, os participantes da atividade econômica deveriam mais é cooperar entre si: como “endodesenvolvimento⁵” (SINGER, 2014, p. 92) para resultar no desenvolvimento solidário⁶(SINGER, 2004, p. 9), que toda uma luta contra a exclusão financeira está sendo travada pela Economia Solidária, que por meio do microcrédito é uma das armas principais” (SINGER, 2008, p. 302).

Na opinião de Boaventura de Sousa Santos em uma análise, diz que a teoria das FS são como uma “coluna vertebral” que configuram-se estruturadas pelos seguintes itens: (a) o desenvolvimento alternativo não somente com foco no aspecto econômico, alcançando outras vertentes (sociais, políticos, culturais e naturais), “contra a ideia de que a economia é uma esfera independente da vida social” (SOUSA SANTOS, 2012, p. 46); (b) as economias alternativas tomam impulso a partir de suas bases, constituindo-se a partir de iniciativas e da decisão da sociedade civil e não do Estado ou das elites econômicas, em um influxo “de baixo para cima” e não “a partir de cima”; (c) o fortalecimento local⁷; (d) programas de microcrédito; (e) movimentos sociais populares (SOUSA SANTOS, 2012, p. 46).

A questão do microcrédito de dentro da ES na EFS por meio dos BCs para Costanzi é ser visto como um dos produtos de microfinanças como outros produtos e serviços para os clientes e usuários de perfil de baixa renda:

No tocante a focalização, deve ficar claro que o microcrédito não é definido pelos baixos valores dos créditos, mas sim, o pequeno valor médio dos empréstimos concedidos deve ser, na realidade, consequência da focalização do programa em pobres ou microempreendedores de baixa renda

⁵ “O endodesenvolvimento se caracteriza pelo fato de ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele” (SINGER, 2014 p. 92).

⁶ “O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados” (SINGER, 2004, p. 9).

⁷Para PERUZZO e VOLPATO “O local implica um espaço com características peculiares, que evoca sentimentos de familiaridade e vizinhança, congrega identidade e história” (Peruzzo e Volpato, 2009, p. 145).

sem acesso ao crédito formal. Neste sentido, microcrédito é acima de tudo, democratização do crédito. Microfinanças é tratar o acesso ao crédito e aos demais serviços financeiros como um dos direitos fundamentais do homem. (COSTANZI, 2002, p. 21).

Com a visão solidária de SANTOS e CARRION (2009), que complementa Costanzi, dizendo que ao liberar o microcrédito a um residente e domiciliado em uma área servida de uma comunidade, este teme pela sua reputação sabendo que os seus vizinhos o monitoram:

O microcrédito tem por base a concessão de empréstimos para pequenos grupos de pessoas; a responsabilidade relativa à concessão desses empréstimos se dá de maneira solidária (aval solidário), visto que é compartilhada pelo grupo tomador do empréstimo. Entende-se ser possível uma responsabilização mútua como a descrita acima, já que os parceiros dentro do grupo se conhecem bem, pois usualmente pertencem a uma mesma comunidade, o que abrange a questão da reputação dos indivíduos e viabiliza a realização do monitoramento uns dos outros de maneira eficaz (SANTOS; CARRION, 2009, p. 60).

E por Mesquita ao dizer que o microcrédito nas FS da ES tem uma visão socioterritorial que é adaptado para o local onde é oferecido para resolver os problemas dos clientes e usuários que são residentes e domiciliados nas áreas de atuação do BC:

O debate do microcrédito no interior da economia solidária tem ampliado a noção de microfinanças no sentido de uma visão mais socioterritorial de finanças solidárias, que se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se, assim, num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade (MESQUITA, 2003, p. 14).

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) (2007) define um BC como “um serviço financeiro solidário, em rede⁸, de natureza associativa⁹ e comunitária, voltado para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização da

⁸ Para Colonos rede é 'conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e pode designar movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretções" (COLONOMOS, 1995, p.89).

⁹ Pelo Art. 53 “união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (Lei Federal nº 10.406/2002). Na Constituição Federal (artigo 5o, XVII A XXI, e artigo 174, § 2o). Para Salomon "O associativismo revela a crença de que juntos é possível encontrar soluções melhores para os desafios e conflitos que a vida em sociedade apresenta (SALOMON, 2009). Em sentido amplo, o associativismo reporta-se à livre organização de pessoas, sem fins lucrativos, com o intuito de buscar o preenchimento de necessidades coletivas ou o cumprimento de objetivos comuns, por meio da cooperação. Um significado mais específico do termo associativismo refere-se à prática social da criação de associações, como entidades jurídicas, formais ou informais, reunindo pessoas físicas ou organizações para a representação e a defesa de interesses dos - associados (SALOMON, 2009)."

economia local¹⁰, tendo por base os princípios da Economia Solidária que são: a autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário” (CONAES, 2006). Com objetivo de promover o desenvolvimento de territórios¹¹ de baixa renda¹², através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares.

Na ideia de resultar no desenvolvimento local, sugeri a análise de Buarque que diz tratar-se de um processo endógeno, resultante da ação coletiva por meio daqueles residentes e domiciliados daquela comunidade local, para melhorar as suas vidas e do local:

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma considerável transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (Buarque, 1999, p. 23-24).

Mas, na ideia de desenvolvimento solidário (SINGER, 2004) no local com a inclusão social é por meio da equidade. Para Rawls (2003), é por meio de acessibilidade de oportunidade que deve ser diferente para cada um, para todos e sem exceção:

(a) cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos; e (b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade eqüitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio da diferença) (RAWLS, 2003, p. 60).

Com ações sendo executados por meio da equidade (RAWLS, 2003) que resultará na igualdade, de seus clientes e usuários, ou seja, os residentes e

¹⁰ “O local implica um espaço com características peculiares, que evoca sentimentos de familiaridade e vizinhança, congrega identidade e história” (Peruzzo e Volpato, 2009, p. 145).

¹¹ Território é “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2006, p. 13).

¹² De acordo com o Art. 4, II - família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I: a) aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos” (Decreto Federal nº 6.135/2007).

domiciliados nas áreas de atuação de um Banco Comunitário. Como complementa Sposati, a questão está no padrão que não deve ser universal e homogêneo, mas sim, o diferente de um local para o outro, com o propósito de se ter como resultado a igualdade:

A noção de igualdade só se completa se compartilhada à noção de equidade. Não basta um padrão universal se este não comportar o direito à diferença. Não se trata mais de um padrão homogêneo, mas de um padrão equânime (Sposati, 1999, p.128).

Para criar um BC, são fundamentais três fatores, definidos pela própria RBBC (2007):

- 1) A presença de um processo de mobilização local e de organização comunitária, além de uma instituição da sociedade civil fortalecida e motivada para gerir o banco;
- 2) Disponibilidade de espaço físico e infraestrutura aportada por um parceiro local, geralmente a prefeitura municipal;
- 3) Capacitação dos agentes, gerentes de crédito e operadores de caixa, além da sensibilização dos atores econômicos locais para aderirem à iniciativa, obtendo assim o Certificado pelo Instituto Palmas.

Com características globais criadas pela comunidade local, que se torna proprietária e gestor, tem duas linhas de crédito, onde uma é em Real e outra em moeda social, constrói uma rede local de produção, comercialização e consumo, apoiando empreendimentos locais, como central de comercialização, feira, loja solidária e entre outros, em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social para um público-alvo de alto grau de vulnerabilidade¹³ social. E, há também as características singulares, pertinentes a cada BC: desde o local onde é criado, os motivo, os atores, os produtos e serviços, as áreas servidas, entre outros, diferindo substancialmente de um para outro.

¹³SCHUMANN diz que “[...] o termo vulnerabilidade é um conceito multidisciplinar com apropriações em estudos dos mais diversos campos de saber, tais como saúde, ciências naturais, ciências sociais, economia, psicologia e bioética” (SCHUMANN, 2014, p. 9). “A vulnerabilidade é um processo dinâmico, multigeracional, histórico, social e econômico operado por assimetrias de poder e acesso a recursos que participam das capacidades humanas. Não se refere a um indivíduo que é vulnerável, mas aos processos em que esse indivíduo, família ou comunidade estão inseridos, especialmente àqueles resultantes da inserção social precária em detrimento de processos econômicos, sociais, culturais e políticos excludentes” (SCHUMANN, 2014, p. 100).

Os BCs não são como instituições financeiras¹⁴, não têm um marco legal e regulatório¹⁵ e podem operar créditos com juros menores do que 1% ao mês, pelo Decreto nº 22.626, de 07 de abril de 1933¹⁶, ao se qualificar como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de microcrédito e/ou como conveniada pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999¹⁷, para ser autorizada à concessão de crédito pela Lei nº 11.110, de 25 de Abril de 2005, como organizações sem fins lucrativos (BARONE, LIMA, DANTAS, REZENDE, 2002, p.15-16).

O Palmas é o primeiro BC no Brasil, criado em 20 de janeiro de 1998, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (AMCP), no Conjunto Palmeira, em Fortaleza no Ceará. Com o objetivo de “implementar ações de desenvolvimento local e de inclusão social” (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS, 1998, s/n), que está ativo e é um modelo para todo o Brasil.

Vale ressaltar nas diferenças do GB/BA com o Palmas e outros BCs presentes e ativos em outros locais no Brasil, é que são criados pela e para a comunidade, no caso do GB/GA é de um idealizador para a sua comunidade, com ações por suas ideias. E que há uma semelhança entre os dois meios de instrumentos que são os microcréditos, produtos que originam e, posteriormente, outros serviços e produtos são criados e atualizados para atender as necessidades específicas daquele local. Mas, há outros detalhes, desde o nome do EFS, dos produtos e serviços, como também, a decisão de criar, cancelar ou recriar os produtos e serviços, as áreas que são servidas, são alguns exemplos, além das tomadas de decisão da e para as comunidades que decidiram por criarem.

1.3 MOEDA SOCIAL

¹⁴ “Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. (Lei no 4.595, de 31/12/1964).

¹⁵O marco regulatório “É um conjunto de normas, leis e diretrizes que regulam o funcionamento dos setores nos quais agentes privados prestam serviços de utilidade pública” (WOLFFENBÜTTEI, 2006, p. 1).

¹⁶Também chamado de “Lei de Usura”.

¹⁷ “Lei da OSCIP”, e/ou “Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público”.

A RBBC define a moeda social¹⁸(MS\$) como uma moeda¹⁹ criada pelo Banco Comunitário, que é indexada e lastreada à moeda corrente oficial, o Real (R\$), com o objetivo de fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando no local trabalho e renda. Como, quem compra e paga com a moeda social, tem descontos, concedidos pelos empreendimentos e empreendedores, isso incentiva o uso da moeda social, em áreas servidas. Qualquer produtor ou comerciante cadastrado no banco comunitário poderá trocar moeda social por Real, caso necessite fazer uma compra e/ou pagamento, por exemplo, fora das áreas servidas. Com cinco elementos de segurança, como: ser em papel moeda, numeração seriada, código de barras, faixa holográfica e infravermelho, que compete ao Instituto Banco Palmas (IBP), certificar e comunicar ao Banco Central do Brasil (BC)²⁰.

Para Soares, as moedas sociais são criadas, usadas e administradas pelos clientes e usuários voluntariamente:

Uma forma de moeda paralela criada e administrada pelos seus próprios usuários, logo, tem sua emissão na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária. (SOARES, 2006, p. 134-135).

E é um meio de confiança de uma pessoa em um grupo, que é aceito para comprar e/ou pagar pelos produtos e serviços e não pode ser de forma alguma, um instrumento de enriquecimento:

Moeda social, em sentido lato, deve-se entender o instrumento fiduciário (de confiança) utilizado por uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) que exerce as funções de unidade valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento; seu valor nominal não é igual ao valor intrínseco, depende da confiança daqueles que a recebem e a repassam, por isso não pode ser usada como instrumento de entesouramento das riquezas produzidas pelos indivíduos ou comunidade (ALBUQUERQUE 2003, p. 199).

¹⁸ Moeda Local (ML), Moeda Social (MS), Moeda Social Circulante (MSC), Moeda Social Circulante local (MSCL), e/ou Moeda Social Local Circulante (MSLC).

¹⁹SOUZA diz que “Na ‘circulação econômica’, o fato originário é a ‘troca’ de bens. Pode dar-se a intermediação de mais de um ‘bem’, no fato ‘troca’ (que pode ser ‘direta’ ou ‘indireta’). Para realizar-se, esta última depende de um ‘bem intermediário’, cuja função foi exercida historicamente por diversas espécies de bens, chegando-se à ‘moeda’, o ‘dinheiro’. (...) Com a intermediação da moeda, a ‘troca’ passa a ser caracterizada como ‘compra-e-venda’, dando oportunidade à complementação da transação correspondente” (SOUZA, 1999. p. 505).

²⁰BACEN e/ou BCB.

As moedas sociais possuem como características globais que são: 1) O circulante local tem lastro na moeda nacional, o Real (R\$). Ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em real; 2) As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números serial) para evitar falsificação; 3) A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto promovido pelo comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município/bairro; 4) Qualquer produtor/comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por reais caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro e 5) A exemplo do Banco Comunitário, o controle e as riquezas geradas pela moeda, ficam na comunidade.

1.4 SOB A ÓTICA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 25 setembro de 2015, 193 Estados-membros, incluindo o Brasil, acordaram na Cúpula da Assembleia Geral (AGNU) da Organização das Nações Unidas (ONU/NU) a “Agenda 2030” com os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) pela Resolução 70/1, substituindo os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM).

Trata-se de uma “Agenda” com 17 objetivos, em 169 metas, nas áreas ambiental, econômica, educação, gênero, social e entre outros; com sustentabilidade para acabar com a pobreza em todas as suas formas e em qualquer lugar, até o ano de 2030. Vejamos o que diz o ex-Secretário-Geral (SG) Ban Ki-moon em 2015 e os objetivos que estão apresentados no quadro 1:

Esta é uma Agenda do Povo, um plano de ação para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões, de forma irreversível, em todos os lugares, não deixando ninguém para trás. Ela busca garantir a paz e a prosperidade e forjar uma parceria com as pessoas e o planeta em seu cerne. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integrados, interligados e indivisíveis são os objetivos das pessoas e demonstram a escala, a universalidade e a ambição dessa nova Agenda. A nova agenda é uma promessa dos líderes para a sociedade mundial. É uma agenda para acabar com a pobreza em todas as suas formas, uma agenda para o planeta (KI-MOON, s/n, 2015).

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OBJETIVOS	
1	Erradicação da pobreza
2	Fome zero e agricultura sustentável

3	Saúde e bem-estar
4	Educação de qualidade
5	Igualdade de gênero
6	Água limpa e saneamento
7	Energia limpa e acessível
8	Trabalho decente e crescimento econômico
9	Inovação infraestrutura
10	Redução das desigualdades
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis
13	Ação contra a mudança global do clima
14	Vida na água
15	Vida terrestre
16	Paz, justiça e instituições eficazes
17	Parcerias e meios de implementação

Fonte: Organização das Nações Unidas/ Nações Unidas, 2015.

Como exemplos dessa “Agenda” na prática são por meio desses criadores sugeridas ideias, por instrumentos diversos, para resolver os problemas de seus locais diferentes um do outro, como: o chittagoniano, da etnia bengali, Muhammad Yunus com o “Grameen” em 1976 e, depois de 22 anos, o recifense João Joaquim de Melo Neto Segundo com o “Palmas”, criado em 1998, analisados no item anterior. Mas, através de suas criações com objetivos iguais, como o de desenvolver o local, com a erradicação da pobreza, entre outros, estão abrindo-se novas oportunidades para inúmeras pessoas.

Em comparação pela “Agenda 2030” com os dos BCs, analisando pelos seus objetivos globais, buscando os seus objetivos e metas equivalentes: pelos objetivos são similares em atingir a erradicação da pobreza, com trabalho decente e crescimento econômico, na redução das desigualdades, uma cidade e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, por exemplo, representado no segundo quadro. E as metas, como a de garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos como serviços financeiros, incluindo microfinanças até 2030; promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e além de tudo, incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros, entre outros, representado pelo quadro 3.

Quadro 2 – Objetivos Equivalentes

Objetivos	
1	Erradicação da pobreza
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável
5	Igualdade de Gênero
8	Trabalho decente e crescimento econômico
10	Redução das desigualdades
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis

Fonte: Organização das Nações Unidas/ Nações Unidas, 2015.

Há um detalhe para essa “Agenda” que, para cada objetivo a se atingir, por trás, há as metas, que são específicas para cada objetivos, consistindo em um guia de ações para serem executadas em até certo tempo. Em consideração a isso, algumas metas se encaixam com os objetivos globais de um BC, como representa o quadro 3:

Quadro 3 – Metas Equivalentes

Objetivo	Meta
1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.
1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.
1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
5.a	Empreender reformas para dar às mulheres, direitos iguais aos recursos econômicos, bem como, o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.
8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização

	e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiro.
8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.
8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.
9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
10.1	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
10.5	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.
10.6	Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.
11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.
17.17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Fonte: Organização das Nações Unidas/ Nações Unidas, 2015.

Uma nova análise por meio dessa “Agenda” como lentes, terá como exemplo de caso o Pire, com os seus objetivos de criação, dos problemas que existem, o porquê se encontra em determinada situação no cenário atual. Questões a serem analisadas nos itens do próximo capítulo para, em seguida, sugerirmos ideias para

tentar resolver os questionamentos levantados. O que deverá acontecer no último item, do último capítulo. Como comenta (COSTA, 2018), ao afirmar que primeiro é necessário contextualizar, ou seja, é fundamental, ver e levar em consideração o contexto, seja a partir do local, visualizando como são os vínculos entre os atores e as respectivas interações:

No caso dos ODS, deve-se considerar que para além de monitorar os indicadores e analisar o cumprimento das metas previstas dentro do projeto (outputs) e se analisar impacto (outcomes), é preciso considerar o contexto político em que se inserem, os atores com os quais aquele programa possui interface e a forma como se dão estas interações (COSTA, 2018, p. 114).

A partir desse capítulo inicial, conseguimos ver o processo histórico de formação, de meios que foram criados por pessoas com o objetivo de melhorar as suas comunidades locais, para ser um local desenvolvido socioeconomicamente, através dos auxílios de oportunidades adaptados, para os seus vizinhos que não tinham apoio fora de suas comunidades, nos últimos anos. Com esse conhecimento, comparamos as agendas dos BCs da RBBC e da Agenda 2030 da ONU. Foi possível identificar semelhanças entre uma e outra, com os seus objetivos e metas amplos, para atingir um objetivo principal, que é o desenvolvimento solidário e sustentável para aquela localidade, começando com o microcrédito.

Agora, com esse resultado, o próximo capítulo, o capítulo 2, analisa o Pire desde a história de sua criação, ao cenário que se encontra em 2019; ano em que iniciou as coletas de dados e, em seguida, foram desenvolvidas as análises, com o objetivo principal de identificar os seus problemas enfrentados no dia-a-dia, para tentar atingir os seus objetivos, buscando identificar o que está por trás e quais são as consequências que provocam.

CAPÍTULO 2 – O BANCO COMUNITÁRIO PIRE

Nesse capítulo, analiso a história do Banco Comunitário Pire, desde a sua criação até 31 de dezembro de 2019. Com os dados de 2019, em comparação entre os anos de 2011 a 2018: os produtos e serviços que são oferecidos, o perfil dos seus clientes e usuários, a comunidade local, ou seja, os residentes e domiciliados na Vila São Braz, da Região do Parque II, para as áreas servidas com o objetivo de apresentar os seus problemas. Por meio de coleta de dados e análises documentais, registros institucionais e revisão de literatura, observações em visitas no Pire e nas áreas servidas, entrevistas e questionários à Presidenta das Mulheres em Movimento, à Agente de Desenvolvimento do Pire, à clientes e usuários do Pire, a outros residentes e domiciliados nas áreas servidas e também outras pessoas, em outros bairros de regiões do município.

2.1 LOCALIZADO NA VILA SÃO BRAZ, DOURADOS - MS

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Pire (BCDP) está localizado em Dourados, que é um município na faixa de fronteira²¹, localizado a 235 km da capital estadual – Campo Grande, distante 1.250 km da capital federal – Brasília e a 120 km do Paraguai. Mais exatamente estabelecido na Vila São Braz, foi criado em 16 de maio de 1990²² e regularizado em 05 de maio de 1995²³; sendo um bairro de periferia²⁴ intramunicipal de alto grau de exclusão e desigualdade social, com a estimativa de mais de 500 residentes e/ou domiciliados de alto grau de vulnerabilidade social, estimando-se ainda em mais de 35.000 residentes e/ou domiciliados (DOURADOS, 2019, s/n), de alto grau de vulnerabilidade social²⁵. Trata-se, pois, de

²¹Pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 "Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências", regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 "Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira", ratificado pela Constituição Federal de 1988, no parágrafo segundo do artigo 20. Para Júnior, faixa de fronteira é "O segmento de terra contíguo aos limites terrestres do Brasil com países da América do Sul" (JÚNIOR, 1991, p. 1269).

²²Decreto nº 110, de 16 de maio de 1990 "Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, os imóveis urbanos que discrimina, necessário para implantação de loteamento social, destinado à construção de habitações para trabalhadores de baixa renda".

²³Lei nº 1.741, de 22 de outubro de 1991 "Programa de Loteamentos Sociais".

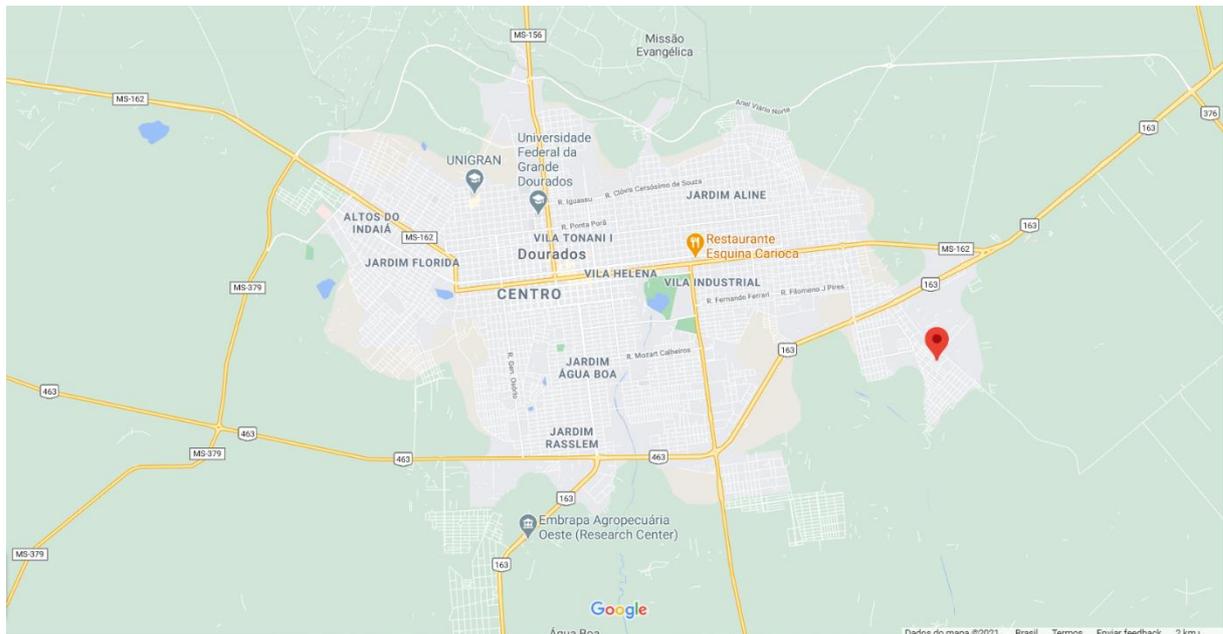
²⁴Para Soto, "A periferia se define pela sua condição de dependência do centro" (SOTO, 2008, p.3).

²⁵ "[...] o termo vulnerabilidade é um conceito multidisciplinar com apropriações em estudos dos mais diversos campos de saber, tais como saúde, ciências naturais, ciências sociais, economia, psicologia e bioética" (SCHUMANN, 2014, p. 9). "A vulnerabilidade é um processo dinâmico, multigeracional, histórico, social e econômico operado por assimetrias de poder e acesso a recursos que participam das capacidades humanas. Não se refere a um indivíduo que é vulnerável, mas aos processos em que

uma região do Parque das Nações II, zona sudeste, área urbana²⁶ (DOURADOS, 2015, s/n).

Na localidade há um Centro de Referência de Assistência Social, posto de saúde, escolas das esferas municipal e estadual, da educação básica (como: do infantil ao médio), açougues, bares, frutarias, lavanderias, mercearias, mercados, supermercados, lojas de artesanatos, roupas usadas, trabalhos manuais, imóveis para locação, sorveterias, entre outros. Por outro lado, não tem outras instituições financeiras como bancos, Banco Postal, Correspondente Bancário, Pague Fácil, Unidades Lotéricas (como Casa Lotérica, e/ou Unidade Simplificada de Loterias) e qualquer outro estabelecimento financeiro do tipo.

Figura 1–Vila São Braz, Dourados - MS



Fonte: Google Maps. Vila São Braz, Dourados - MS. (Acesso em 12 fev. 2021)

2.2 BANCO COMUNITÁRIO PIRE

O nome do BC, Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD)²⁷Pire²⁸, tem origem da etnia Tupi Guarani, povo indígena do município de Dourados. Foi criado em

esse indivíduo, família ou comunidade estão inseridos, especialmente àqueles resultantes da inserção social precária em detrimento de processos econômicos, sociais, culturais e políticos excludentes” (SCHUMANN, 2014, p. 100).

²⁶ Pela Lei nº 3.929, de 01 de outubro de 2015 “Dispõe sobre o perímetro urbano da cidade de Dourados”.

²⁷Banco Comunitário Pire (BCP), Banco Comunitário de Desenvolvimento Pire (BCDP) e/ou Banco Pire (BP) (MULHERES EM MOVIMENTO, 2019, s/n).

²⁸”Pire - (subst.) pele, casca, cútis, couro, casca de legumes” (ASSIS, 2008, p.303).

25 de julho de 2006, pela Associação Mulheres em Movimento (AMM), que é uma entidade civil sem fins lucrativos. Esta entidade foi fundada em 2004, com a finalidade de apoiar a Rede de Economia Solidária de Dourados (RESA), para acompanhamento técnico e suporte financeiro aos empreendimentos solidários. Também para trabalhar pela formação cidadã dos/as empreendedores/as, com a finalidade de “promover a qualidade de vida do território, através da reorganização da economia local com o sonho de que “Outra Comunidade é Possível”, integrando à RBBC, como o 13º BC. No ano de 2019 era um dos 115, entre outros BCs.

O BCDP está sediado no bairro Vila São Braz, desde 2011, em espaço cedido pela MM, dividido em 50m² com área de espera com bebedouro, cadeiras, guichê e mural de informações, banheiro e área administrativa com equipamentos como ar-condicionado; cofre; computadores, impressora multifuncional, sistema de alarmes, estacionamento e entrada e saída com acessibilidade. Equipado com comunicação multicanal para aplicativos de mensagens; correio eletrônico; endereço eletrônico; mídia social; plataforma de compartilhamento de vídeos e rede social virtual. Aberto de segundas às sextas-feiras, das 08h00 às 11h00, em horário local, exceto sábados, domingos, e feriados municipais, estaduais e nacionais. Com a capacidade de 35 atendimentos diários. Não tem parceiros de pessoa jurídica, sendo mantido pela entidade Mulheres em Movimentos, que recebe doações anônimas de pessoas físicas.

As áreas de atuação são os bairros Canaã II, Estrela Verá, Jardim do Bosque, Jardim do Bosque II, Jardim Jóquei Clube, Jardim Santa Felicidade, Parque das Nações II, Residencial Jatey, Vila Mariana, Vila Santa Felicidade, Vila São Braz, Vila Valdez de Oliveira, bem como, outras microáreas (MULHERES EM MOVIMENTO, 2019, s/n).

É um meio para quem não quer ou não pode ter custo de deslocamento, ou seja ainda por questão de tempo por exemplo, por aguardar o ônibus municipal, até o ponto de destino ou, com veículo próprio, encontrar vaga para estacionar e aguardar o atendimento. Ainda, por motivo financeiro, ao pagar uma passagem de ônibus municipal de ida e volta, a gasolina ou parquímetro.

Figura 2 – Pire



Fonte: Mulheres em Movimento. Frente, 2019.

Com uma Agente de Desenvolvimento que trabalha como voluntária, que é a Neide Castilho que disse ser valorizada e ter a liberdade de tomar decisões ou ações e que recebe o apoio de todos, da gestão da mantenedora e da comunidade. O contraponto é estar sozinha, ter que pensar e fazer sozinha, sem ter outra pessoa para ajudar a executar as atividades. Isto é o seu maior desafio no dia-a-dia, conforme relatou em entrevista concedida.

Abaixo, estão os produtos e serviços financeiros solidários como: *Pire-Finança*, *Pire-Formação*, *Pire-Comercialização* e *Pire-Legalização*:

Quadro 4 – Produtos e Serviços

PRODUTOS	
<i>Pire-Finança</i>	<p>Financia a produção e o consumo solidário para empreendedores da Rede de Economia Solidária do município e consumidores solidários através de:</p> <p>1 – <i>Finança solidária</i>: crédito para a produção em duas linhas: como equipamentos e matéria-prima;</p> <p>1.1. Produtivo de geração de renda: Ser morador do território; apresentar 2 pessoas como testemunhas; documentos (RG, CPF,</p>

	<p>comprovante de residência); orçamento do material ou equipamento; Valores de até R\$ 1.500,00. Juros de 2% ao mês.</p> <p>Parcelas de até 12 meses;</p> <p>1.2. Bem estar: Pequenas reformas. Ser morador do território; apresentar 2 pessoas como testemunhas; documentos (RG, CPF, comprovante de residência); Orçamento do material de construção feito pelo comercio local. Valores até R\$ 1.000,00. Juros de 2% por cento ao mês. Parcelas de até 10 meses;</p> <p>1.3. Consumo: como somente em E-Dinheiro Pirapire. Ser morador do território de abrangência do Banco Pire; documentos (RG, CPF, comprovante de residência). Valores de 50,00; 100;00; 150;00. Juros de 0% ao mês. Parcelas de 3 meses.</p> <p>Da carência em todas as linhas de crédito, o prazo máximo de carência é de 30 dias; Nas linhas de crédito em Real, será cobrado TAC de 3%; Em todas as modalidades será necessário a apresentação de um familiar como testemunha.</p> <p>2 – <i>PiraPire pelo E-Dinheiro</i>: moeda social circulante digital entre empreendedores e consumidores solidários.</p>
<p><i>Pire-Formação</i></p>	<p>Busca ampliar a visão de que uma outra economia é possível.</p> <p>1 – Acompanha o processo autogestionário dos empreendimentos de Economia Solidária, por visitas e reuniões nos empreendimentos e/ou setores de produção;</p> <p>2 – Promove encontros e cursos para capacitação, tendo em vista a construção de um outro mundo com base em relações solidárias;</p> <p>3 – Abre espaço para empreendedores, estudantes e população em geral aprofundar o tema economia solidária e correlatos através da implantação de uma mini biblioteca;</p> <p>4 – Apoia a participação em eventos relacionados à Economia</p>

	Solidária nas esferas municipal, estadual, nacional e internacional.
Pire-Comercialização	Administra a Central de Comercialização da Economia Solidária e apoia a produção e comercializa insumos, produtos e serviços da Rede de Economia Solidária do município por meio de feiras e exposição em eventos.
Pire-Legalização	Promove a discussão por setor de produção, da Rede de Economia Solidária e oferece apoio técnico e financeiro na efetivação da legalização (cooperativa ou micro empresa) escolhida pelo setor.
SERVIÇOS	Recebimento e pagamento de contas de concessionárias e permissionárias de serviços públicos, tributos e outros serviços e produtos; cópia de arquivos; digitalização de arquivos; e esclarecimentos de dúvidas e informações em geral.

Fonte: MULHERES EM MOVIMENTO, 2019.

Abaixo, os marcos históricos do BP, como: a sua criação, o lançamento da moeda social e a visita de João Joaquim de Melo Neto Segundo:

Quadro 5 – Cronologia

CRONOLOGIA	
03 nov. 2017	Revitalização do Banco Comunitário Pire
19 dez. 2011	Inauguração do Ponto de Finanças Solidárias do Pire.
07 out. 2011	Em consulta, residentes e/ou domiciliados do Jockey Clube; e/ou Jardim Joquei Clube; e/ou Joquei Clube, decide pela implantação do Banco Comunitário Pire.
07 ago. 2007	Visita de João Joaquim de Melo Neto Segundo
02 jul. 2006	Lançamento da Moeda Social Pirapire
25 jul. 2006	Criação do Banco Comunitário Pire

Fonte: MULHERES EM MOVIMENTO, 2019.

Em 2019, com a missão de desenvolver o local para os seus residentes e domiciliados, com a Agenda “Conhecer para Agregar”, tinha 0 empregados; 0 estagiários e apenas 1 voluntário. Com 400 clientes e/ou usuários; realizou 2.000

atendimentos; 300 créditos, num montante de R\$: 400.000,00. Com despesas de R\$ 24.000,00; recebeu R\$ 40.847,00 em doações; Apoiou a I Feira da Economia Solidária, do município, de 9 a 11 de maio e recebeu consultorias da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, da Universidade Federal da Grande Dourados, sob supervisão de Ijean Gomes Riedo, por um estudante, pelo edital “PROEX Nº 32/2019, de 14 de março de 2019”.

2.3 PIRAPIRE

Pirapire²⁹, em Guarani, pode ser traduzido como “dinheiro” ou “abundância”. Com “o objetivo de fortalecer o consumo na comunidade local, gerando trabalho e renda para as famílias da região (Mulheres em Movimento, Banco Comunitário de Desenvolvimento Pire). Em 0,50; 1,00; 5,00 e 10,00 Pirapire(s), que é indexada e lastreada em Real. Com 5 elementos de segurança, como papel moeda, numeração seriada, código de barras, faixa holográfica e infravermelho. Lançado em 02 de julho de 2007, como 17^a³⁰ moeda social e retirado de circulação em 29 de dezembro de 2017 e substituído pelo e-Dinheiro Pirapire do Instituto E-Dinheiro Brasil³¹.

Quadro 6 – Pirapire



²⁹ “Pirapire - (subst.) dinheiro, moeda, pagamento, prata” (ASSIS, 2008, p. 302).

³⁰ Palmas é a 1ª moeda social, lançado em 26 de janeiro de 2001, pelo BC/BCD Palmas.

³¹ “O E-dinheiro foi projetado para funcionar em qualquer telefone celular, tendo ou não acesso a internet, sem restrição de operadora. Basta se cadastrar via rede celular, selecionar seus contatos para enviar ou receber dinheiro e começar a operar imediatamente, sem burocracia. Além de transferir valores para seus contatos, outra função do aplicativo é servir como meio de pagamentos em estabelecimentos conveniados e entre fornecedores de produtos ou serviços” (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2016, s/n).

Pirapire	Valor	Descrição	Período De Produção	Período De Circulação	Quantidade
	0,50 “cinquent a centavos de Pirapire”.	<i>Frente – Pire;</i> <i>Verso – Tema: Capivara</i> Cor – Amarelo <i>Dimensões – 140 x 60 mm.</i>	De 2007 a 2010.	De 2007 a 2017.	5 mil
	1 “um Pirapire”.	<i>Frente – Pire;</i> <i>Verso – Mineiro conduzindo o raído</i> Cor – Verde <i>Dimensões – 140 x 60 mm.</i>	De 2007 a 2010.	De 2007 a 2017.	5 mil
	5 “cinco Pirapires ”.	<i>Frente – Pire;</i> <i>Verso – Tema: Cerâmica indíg ena</i> Cor – Roxo <i>Dimensões – 140 x 60 mm.</i>	De 2007 a 2010.	De 2007 a 2017.	5 mil
	10 “dez Pirapires ”.	<i>Frente – Pire;</i> <i>Verso – Tema: Usina Velha</i> Cor – Vermelho <i>Dimensões – 140 x 60 mm.</i>	De 2007 a 2010.	De 2007 a 2017.	5 mil

Fonte: MULHERES EM MOVIMENTO, 2019.

2.4 DAS OBSERVAÇÕES ÀS IDENTIFICAÇÕES

Durante as visitas, nota-se que os produtos e serviços, por clientes e usuários, há maior número, nos primeiros dias úteis de cada mês, por mulheres, do que por homens; entre adultas – com 20 e 59 anos, e idosas – com 60 anos e/ou mais, do que por jovens – de até 19 anos, residentes e domiciliados pelas áreas de atuação, como de recebimento e pagamento de contas de concessionárias e permissionárias de serviços públicos, tributos e outros serviços e produtos; e esclarecimentos de dúvidas e informações em geral. As estimativas apontam que, no ano de 2019, foram realizados mais de mil atendimentos.

Com problemas como: carência de agentes em número significativo, demora em iniciar o atendimento, atendimento de qualidade média, embora satisfatória em geral, mesmo não havendo pesquisa de satisfação. Também não há informações gerais sobre quem é cliente ou usuário. Estes não são informados sobre o aplicativo “E-dinheiro” e pessoas de outras regiões não sabem sobre o Pire, não se realizam palestras (presencial e/ou à distância), não é realizado parceria com empreendimento local, não há políticas para o uso da moeda social Pirapire, não há processo seletivo de estágio, trabalho voluntário, não há vaga de estágio, trabalho voluntário para estudantes de ensino médio ou superior, não há transparência de informações gerais, os horário de abertura e fechamento não são fixos, a vida profissional e pessoal do agente se misturam.

Além disso, não há meio de contato institucional, não há suporte de atendimento, não tem telefone fixo, não tem celular, não tem 0800, não têm terminais de autoatendimentos como totem, estações ATM, não possui conta nas redes sociais ativas, não utiliza aplicativos de mensagem, “Site”/Sítio/Endereço eletrônico desatualizados, não há opções de contato eletrônico entre clientes, usuários, não há clientes ou usuários indígenas, folhetos de divulgação apenas em português, folhetos sem opção em Braille e/ou Braille. Documentos diversos não estão em Braille e/ou Braille.

Também não há destino certo de arquivos ou materiais em geral para serem reciclados, Materiais de escritório, como papel sulfite, não são de origem reciclados, local inseguro, vulnerabilidade de ser alvo de agressões físicas e/ou psicológicas, os atendimentos não são registrados por protocolo(s), não há um profissional de

segurança, não há meio de segurança, não há saída de emergência para clientes, usuários e agentes,

E ainda não há placas de sinalização interna, não há piso tátil, superfície tátil, pavimento tátil e/ou podotátil, estacionamento para clientes e usuários (para carro, moto, carroça – meios de transporte mais utilizado na região, entre outros), não há bicicletário, não há extintor para princípio de incêndio de diversos e diferentes tipos, não há conscientização ambiental sobre a adequação do prédio, como: o lixo produzido não é reciclado, não há lixeira de coleta seletiva, uso de energia solar ou captação água da chuva.

Foram presenciados, cliente e usuário do BP que não quiseram se identificar, que reclamaram da demora para iniciar o andamento de atendimento em depoimentos cedidos.

Por trás desses problemas identificados, percebe-se a falta de recursos financeiros e humanos, que são atribuídos por alguns atores que contribuem ou não e que concorrem, direta e indiretamente, para esse atual cenário. Tais atores identificam-se como: a atual gestão, a comunidade, a administração, a esfera municipal, o poder executivo e a RBBC.

Como exemplo, a qualidade do atendimento classificada como médio, é motivada pela quantidade insuficiente de agentes, em relação à alta demanda de atendimentos de clientes e usuários diários, não atingindo boa qualidade, pela falta de recursos humanos, assim como, a falta de recursos financeiros, atribuídos à inação por algumas partes.

Primeiro, que esses problemas podem ser resultantes da falta de gestão e com a perceptível inação. Embora haja articulação para o Empreendimento de Comercialização, que é a Central de Comercialização da Economia Solidária, mas não se articula com o Empreendimento de Finanças, com o BP, durante as observações, com as visitas de campo, em diferentes dias e horários, em seu funcionamento, não foi visto nenhum colaborador da instituição mantenedora, executando qualquer atribuição de seus mandado na atual gestão.

O posicionamento em uma entrevista concedida da MM, por Andreia Irala de Almeida Alves, como presidenta, no mandato da atuação gestão, assumido quando disse que esse cenário é resultado da falta de recursos administrativos, financeiros, humanos e materiais, sendo que, para resolvê-los, está criando projetos, com a intenção de melhorar o desempenho.

Por outro lado, são apontados destaques muito positivos, como o fato da instituição estar bem mais próxima de residentes e domiciliados do que outras instituições financeiras, como bancos e, especialmente a oferta juros mais baixos em empréstimos e auxílios diversos com esclarecimentos de dúvidas e informações em geral.

Para uma cliente e usuária que usa os produtos e serviços, que reside e domicilia na microárea do bairro Vila São Braz, da Região do Parque das Nações II, disse que é onde paga as contas de água, luz, internet e telefone e que o atendimento é rápido e eficiente.

Segundo ponto negativo, é a não participação de seus residentes e domiciliados, nas áreas de atuação, que decidiram criar o banco comunitário. São pessoas que usam os serviços prestados e não realizam trabalhos voluntários e não doam para o BP, por exemplo.

Dessa parte, não há qualquer posicionamento, por não ser localizada uma instituição que represente os moradores, como uma “associação” dessa localidade, para que comentassem sobre o caso.

Terceiro problema levantado, não tem apoio, por parte das políticas públicas, da administração, na esfera municipal, do poder executivo, do governo “Compromisso com as Pessoas”, de Délia Godoy Razuk, filiada ao Partido Liberal (PL). Para Dye políticas públicas é “[...] tudo o que os governos escolheram fazer ou não fazer” (Dye, 2008, p. 1), como é esse caso. Ou seja, o papel dos atores políticos locais, em principal do executivo, são um dos itens essenciais e no caso do Pire, isso não acontece. Essa é uma causa importante de seu “insucesso” atual.

Em outros períodos como de José Laerte Cecílio Tetila (PT), de 2006 a 2008 com “Compromisso com Você”, depois com Ari Valdecir Artuzi (PDT), de 2009 a 2010 com “Dourados Por Você”, seguindo para Murilo Zauith (PSB), de 2011 a 2012 com “Nossa Cidade no Rumo Certo” e de 2013 a 2016 com “Nossa Cidade Melhor Para Você”, ligados desde a criação do EFS, não foram encontrados materiais para analisar pela forma mais viável.

O quarto problema incide na falta contínua de consultorias da RBBC, que não ocorre desde a época da criação do BP, como: propostas de capacitação e medidas de articulações políticas, principalmente na esfera municipal.

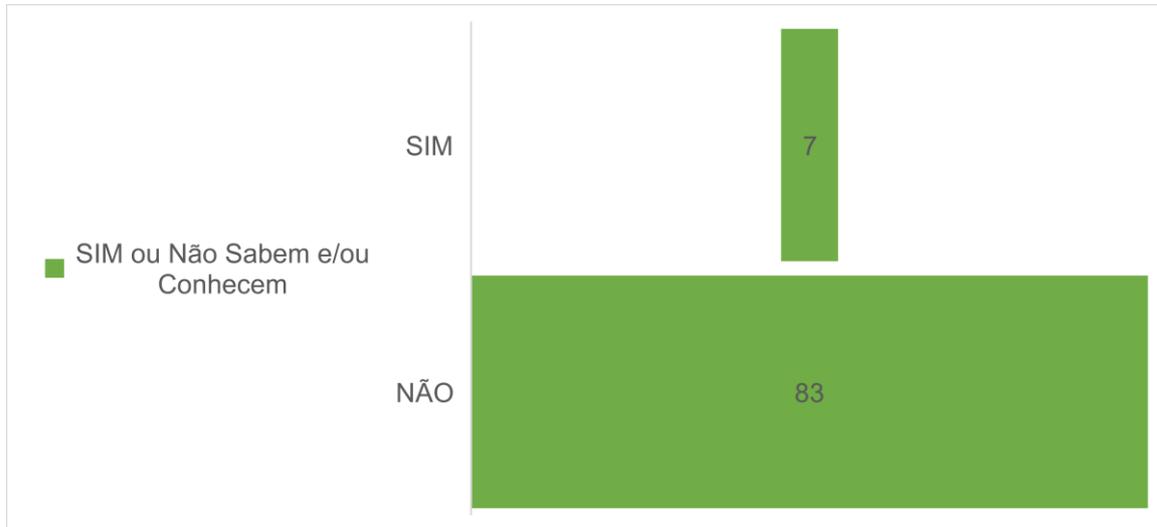
Em 2018, a MM e o BP, pelas administrações, procuram a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a “casa”, que iniciou em 2019 e não concluiu,

seus projetos, pelo edital “PROEX/ITESS nº 40/2018, de 13 de julho de 2018”, que não trouxe resultados positivos pelo que foi feito, como afirmam a gestão da MM e equipe do BP.

2.5 “VOCÊ CONHECE O BANCO COMUNITÁRIO PIRE?”

Entre os dias 1 a 29 de novembro de 2019, foi proposto um levantamento público nos logradouros, através de questionário, para um público alvo de 100 douradenses, com uma pergunta “você sabe e/ou conhece (ou não) o Banco Comunitário Pire?”. Com duas opções de respostas sim ou não, trazia ainda um breve texto sobre a história e os objetivos do empreendimento, para classes sociais diferentes, visando identificar em quantidade, quantos sabem e conhecem o Pire, para faixas etárias diferentes – de 12 a 76 anos, feminino e/ou masculino, distribuídos em bairros, nas diferentes regiões, do município, como: Parque das Nações II – Jardim Jockey Clube, Vila São Braz; Vila Industrial – Jardim João Paulo II, Vila Ubiratan; Canaã III – Jardim Colibri, Parque Nova Dourados; Água Boa – Jardim Del Rey, Vila Sulmat; Itália – Cachoeirinha, Vila Amaral; Flórida – Jardim Olinda, Vila Popular; Parque Alvorada – Vila Lili, Vila Santana; Centro; Ouro Verde – Jardim Guanabara, Jardim Santa Maria e Santa Brígida – Jardim Piratininga, Vila Araçongas. A pesquisa foi programada ocorrendo de segundas-feiras à sábados, nos períodos das manhãs, tardes e noites, para saber se conhece e/ou não o BP.

Dos 100 questionários, 10 para cada região, 83 responderam não e 7 responderam sim. Dos 7 que responderam afirmativamente, 5 são mulheres – de 27 a 52 anos, 4 são da classe social “d” e 1 “e”, e 2 são homens de 35 a 72 anos, da classe social “d”, da região do Parque das Nações II. Como exemplo, uma residente e domiciliada no bairro Canaã IV, da Região do Parque II, disse em entrevista cedida, não saber e não conhecer o BP.

Gráfico1 – Você Conhece o Banco Comunitário Pire?

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de pesquisa por questionário em campo, 2019.

Com o resultado desta pesquisa, confirma que o empreendimento está na invisibilidade, para o conhecimento de outros douradenses que residem e domicíliam em outras zonas, regiões, bairros, dentro da cidade do município de Dourados - MS. Causado pela inação de eventos como de palestras, seminários, em espaços com grande número público de diversas naturezas, por exemplo, e que há os seus motivos, como falta de recursos financeiros e humanos identificados na seção anterior, com as visitas no empreendimento e local. Como consequência esse é um cenário que não recebe apoio de fora da área de atuação, sendo que nem sequer é conhecido por grande parte da população como ficou demonstrado pelo resultado acima, facilmente visualizado pelo gráfico de tabulação.

Neste segundo capítulo, foram analisados através de diversos materiais coletados e produzidos ao longo de 2019, que resultou na apresentação desde a história, os objetivos de criação do Pire e, principalmente na identificação do cenário, que tem inúmeros problemas agravados no ano de 2019, atribuídos por várias partes, às falhas que ocorrem há anos. Com consequências, que acabam por recair nos clientes e usuários residentes e domiciliados da comunidade local. No próximo e último capítulo, analisaremos a agenda singular do Pire junto com a Agenda 2030 da ONU, com sugestões de ideias para solucionar os problemas que ocorrem com o objetivo de atender diretamente às necessidades da comunidade local, em que o Pire funciona como um meio concreto.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE PELAS LENTES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O objetivo desse capítulo final é analisar com ideias e sugestões, os resultados dos problemas identificados no atual cenário, analisados no capítulo anterior, comparando com o estudo de caso do Banco Comunitário da Cidade de Deus, em 2013. Estudo feito por Amanda Medeiros, que resultou na dissertação “Bancos comunitários de desenvolvimento como instrumento de políticas públicas: o caso do Banco Cidade de Deus” por meio de revisão de literatura e, comparando as convergências e as divergências, com os objetivos de criação do Pire e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Todos estes dados nos remetem ao caso do Pire, para que se proponha um trabalho que resulte em um cenário melhor do que o atual num futuro próximo. Dados que serão concretizados por meio de entrevistas concedidas por estudantes, pesquisadores na área e linha da Economia Solidária, com ênfase em Finanças Solidárias e enfoque em Bancos Comunitários.

3.1 AS FASES DO PIRE: DO BANCO COMUNITÁRIO À CASA LOTÉRICA

Diante do cenário, construído pelos atores, que foi identificado durante as observações no estudo de campo, hoje o BP está oferecendo mais serviços do que produtos, diferente dos anos anteriores, o que está resultando na parcialidade de seus objetivos de criação e com os ODS da “Agenda 2030” testemunhados pelos clientes e usuários.

São serviços básicos, em que alguns são oferecidos comparando-se aos que estão em Casas Lotéricas. Houve um tempo, que oferecia-se mais do que isso, por meio dos produtos de empréstimos do EFS BP.

Com os dados entre os anos de 2011 a 2018, em comparação com o ano de 2019, divulgado pela MM, representam em números essa realidade do passado para os dias atuais, o que confirma essa análise:

a) Em 2013 recebeu R\$ 83.200,00 de pessoas de natureza físicas e/ou jurídicas como anônimas, foi o maior em 1 ano. O menor foi em 2015 com R\$ 28.698,00.

b) Em 2014 foi o ano que foi liberado o valor de R\$ 36.600,00 em 25 créditos, configurando-se o maior em valor. O menor foi em 2016 com R\$ 10.480,00.

c) Em 2012, recebeu dos devedores R\$ 25.618,00, ao R\$ 31.720,00, menos R\$ 6.102,00, o pior ano em déficit.

d) Em 2016 recebeu R\$ 7.172,00 menos, o maior foi em 2014 com R\$ 33.010,56.

d) Os anos de 2012 e 2013 liberaram 31 créditos, o maior desde 2011 até 2019. O menor foi em 2011 com 12 créditos.

e) O ano com maior despesa com capacitação foi em 2013, com R\$ 44.098,78. E o menor, foi em 2014 com R\$ 28.541,47.

f) De 2011 a 2016 haviam 2 estagiários por meio de programas federais e municipais e 1 Agente de Desenvolvimento.

g) De 2016 a 2019 não havia estagiário e voluntário e 1 Agente de Desenvolvimento Solidário.

Quadro 7 – Demonstrativo Anual de 2001 a 2019

Ano de Referência	Quadro de Equipe	Despesa com Qualificações	Doações em Geral	Créditos Concedidos em Quantidades	Valor Total em Créditos	Devolução de Parcelas
2011	2 estagiários; 1 Agente	Não Divulgado	R\$ 58.600,00	12	R\$ 16.607,00	R\$ 15.116,00
2012	2 estagiários; 1 Agente	Não Divulgado	R\$ 52.730,00	31	R\$ 31.720,00	R\$ 25.618,00
2013	2 estagiários; 1 Agente	R\$ 44.098,78	R\$ 83.200,00	31	R\$ 32.553,00	R\$ 28.163,00
2014	2 estagiários	R\$ 28.541,47	R\$ 32.000,00	25	R\$ 36.600,00	R\$ 33.010,56

	os; 1 Agente					
2015	2 estagiários; 1 Agente	R\$ 34.032, 09	R\$ 28.698 ,00	26	R\$ 22.850 ,00	R\$ 19.761 ,89
2016	0 estagiários; 1 Agente	R\$ 41.070, 55	R\$ 40.847 ,00	14	R\$ 10.480 ,00	R\$ 7.172, 00
2017	0 estagiários; 1 Agente	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado
2018	0 estagiários; 1 Agente	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado
2019	0 estagiários; 1 Agente	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado	Não Divulgado

Fonte: MULHERES EM MOVIMENTO, 2019.

No início das atividades outros serviços eram feitos junto com a comunidade local, como as que ocorreram em edições únicas, a “Noite das Massas” que era um jantar com comidas como rodadas de pizzas e música ao vivo típica, “Comunidade Presente”, com cursos sobre o BP para a comunidade local, “Divulgação dos trabalhos no Parque das Nações II” mostrando o que era o Pire como também os seus produtos e serviços nas suas áreas servidas, “Festa de Natal” para celebrar o evento com os seus clientes e usuários, “Encontro dos(as) beneficiados(as) pelo BP como evento de prestação de contas, “Jantar Beneficente” com o objetivo de ajudar quem estava precisando, “Oficina de Artes” com encontros com aulas básicas como cursos de artesanato, pintura, “Noite Cultural” com apresentações ao vivo de músicas, danças,

Projeto "Fazendo Arte" para personalizar produtos de artesanato e trabalhos manuais para comercializar, e a "Campanha Amigos(as) do Pire" para arrecadar doações. E em duas edições, os Encontro dos Bancos Comunitários de Mato Grosso do Sul com o Ita e o Pantanal, para compartilhar experiências entre as EFS. Todos estes, foram projetos executados como meio de amizade, companheirismo, solidariedade, cidadania e conhecimento.

A exemplo, a Campanha Amigos(as) do Pire, em edição única, era que a cada 1,00 Real que o doador(a) contribuía mensalmente para o BP, 0,25 centavos era destinado a sorteios entre os participantes do mês e os 0,75 centavos restantes, eram devolvidos à comunidade local, através de realizações em serviços pelo BP, como: treinamento, cursos de capacitação e viagens, por exemplo.

Resultado de inúmeros fatores desde 2011 até 2016, acentuando nos últimos anos, observado com as visitas, ouvido com os comentários, são causados pela falta de políticas públicas em administrações das esferas desde federal, à municipal e estadual, seja por meio de recursos de capitais para o fundo, a recursos humanos com estagiários. E também pela falta de parcerias com o setor privado, com negócios como: lojas de roupa, materiais de construção, mercearias, restaurantes, dentro e fora de suas áreas servidas. E de apoio de qualquer categoria, para a realização de novas edições ou de novos projetos, falta de programas para realizar novas ações.

O atual cenário diz que o BP está próximo da situação de falir, na hipótese em que não ocorra ações emergenciais de intervenções para mudar. Como exemplo, com esse alerta, esse sinal amarelo, basta analisar o que aconteceu com o banco Pantanal, no município de Anastácio do estado de Mato Grosso do Sul, que faliu e está de portas fechadas, na situação de fechado permanentemente. E não há qualquer dado sequer de análise de identificação a sugestões de ideias. Aqui, a sugestão é construir uma rede de parceiros e de apoios, buscar também ativar uma política pública, principalmente na esfera municipal e por novas consultorias para orientar o que fazer de urgente com o EFS-Mãe, que é a RBBC.

3.2 AÇÕES: DOS PROBLEMAS ÀS SOLUÇÕES

O motivo-chave para o atual cenário é a falta de políticas públicas como principal fator, embora existam outros, de acordo com análise no capítulo anterior, o que justifica os problemas do BP. Mas, que também são problemas que atingem outros BCs de EFS espalhados no Brasil. Para isso é preciso iniciar uma nova

pesquisa com a coleta de dados e analisar um a um, com os mesmos métodos e instrumentos que esta pesquisa, para saber e conhecer, analisar com identificações e sugerir ideias viáveis e cabíveis para cada realidade, para aqueles fatores particulares e, compartilhar em trabalhos para os demais, que procurarão saber e buscarão tomar ciência.

Um exemplo disso, é a dissertação intitulada “Bancos comunitários de desenvolvimento como instrumento de políticas públicas: o caso do Banco Cidade de Deus”, por Amanda Cristina Medeiros, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que analisa e enfatiza que cada BC/BCD possui as suas singularidades, que vai desde o motivo de criação, pelos atores, com o local, que resulta nos produtos e serviços para atender as necessidades dos usuários e clientes que também são domiciliados nas áreas servidas. Diversos outros fatores influenciam, para a situação em que for visto naquele certo momento que é observado. E por haver mais de uma centena de BCs/BCDs ativos e ainda os desativados e/ou inativos é preciso, portanto, analisar para resultar esse desfecho, espalhado por todo o Brasil, tudo depende de iniciar a coleta de dados para analisar, necessitando de pessoas, tempo e dinheiro:

Acredita-se que os resultados aqui encontrados possam ser generalizáveis em relação aos desafios encontrados por outros bancos comunitários, no entanto, entende-se que existe uma diversidade de realidades para cada uma destas experiências, e as mesmas compõem um universo bastante complexo e o acesso às informações é dificultado tanto por essa configuração singular de cada BCDs e pelo contexto territorial, bem como, pela falta de registros sistemáticos na gestão destes empreendimentos. (p. 88-89)

Mas, para exemplificar, comparo, desde a criação do Banco de Desenvolvimento Cidade de Deus (BCDCD) com o Banco Pire (BP), pelo recorte temporal em que são analisados por cada analista em área e linha e de instituições de ensino diferentes. Por meio disso, encontramos diferenças, no caso do BP em que analisamos desde o início, do capítulo 1 até o capítulo 2 para esse item, começando pelos atores que os criaram e que são diferentes. No caso do BP, lembrando, foi por decisão de uma Associação/Organização Não Governamental, a (Associação) /ONG AMM/MM. Para o caso do BCDCD que foi criado em 2011 por diversos atores, como pela Agência e pelo Comitê Comunitário, com o apoio da SEDES do Município do Rio de Janeiro, do Ibase, do Ateliê de Ideias e do Instituto Palmas (MEDEIROS, 2014, p.74) e que, também sendo alvo inclusive do interesse de turistas, assim como

de diversos tipos de instituições públicas e privadas, governos municipal, estadual e federal, pesquisadores e universidades (MEDEIROS, 2014, p.74):

O Rio de Janeiro teve, em dezembro de 2010, seu primeiro banco comunitário inaugurado o Banco Comunitário Cidade de Deus. Este projeto é fruto de uma iniciativa da prefeitura municipal em parceria com a SENAES, o Instituto Palmas, o BNDES e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). A criação desse BCD fazia parte de umas das metas do Projeto Rio Eco sol — voltado à economia solidária — organizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Solidário (Sedes) da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (MEDEIROS, 2014, p. 19-20).

Assim como no BP, o IBP também fez a sua parte, como analisamos no capítulo 1 as suas atribuições de assessoria, para criar um BC/BCD. Mas, do BP para o BCDCD, há diferenças em relação aos atores sociais: A CAIXA, a Prefeitura, o BNDES e o MTE não participaram na criação do BP, como comenta a autora ao seu caso:

Ao Instituto Palmas coube prestar assessoria para constituição do banco, desde o processo de mobilização e capacitação da equipe que ficaria responsável pela gestão do banco, até o fornecimento de assessoria para gestão das operações, bem como a disponibilização de uma carteira de crédito com recursos do Banco Palmas a ser operacionalizada em empréstimos e financiamento na Cidade de Deus. A CAIXA forneceu a tecnologia bancária para montar a sede do banco. Além disso, a prefeitura disponibilizou R\$ 20 mil para ser utilizado em despesas correntes e investimento na infraestrutura física do banco. O jornal O globo e em matéria publicada no site da Unidade de Polícia Pacificadora foi vinculado na época que o BNDES e MTE teriam desembolsado, respectivamente, os montantes de R\$ 60 mil e R\$ 150 mil para formação do fundo de crédito banco (MEDEIROS, 2014, p.21).

Receberam recursos da esfera federal pela SENAES, em parceria com a USP e a Associação Ateliê de Ideias, para pagar a remuneração dos agentes de crédito e financiamento, para participarem em reuniões e encontros da rede de Bancos Comunitários, o que não ocorreu no caso do BP com os atores locais principais:

O Banco Cidade de Deus também contou com recursos advindos do governo federal, via projeto da SENAES por intermédio do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo – (NESOL/USP) e da Associação Ateliê de Ideias, dentre outras coisas, estes recursos foram destinados para o pagamento da remuneração dos agentes de crédito e financiamento para participação destes em reuniões e encontros da rede de bancos comunitários (MEDEIROS, 2014, p. 21-22).

Porém, há uma semelhança, entre os BCs, nas administrações municipais de José Laerte Cecílio Tetila, do Partido dos Trabalhadores (PT), com “Compromisso com Você” e de Murilo Zauith do Partido Socialista Brasileiro (PSB) com “Nossa

Cidade no Rumo Certo”, em disponibilizar profissional como estagiário, como também ocorreu na administração de Eduardo da Costa Paes (DEM, 2009-2017):

Além da disponibilização de recursos para cobrir as despesas operacionais do banco e do estabelecimento de parcerias responsáveis pela viabilização do projeto, a prefeitura por meio da SEDES passou a realizar um acompanhamento sistemático das ações do BCD, chegando inclusive, a disponibilizar uma profissional vinculada à prefeitura para assessorar as atividades cotidianas do banco (MEDEIROS, 2014, p. 22)

Ao fazer estudo de campo com observações, identifiquei algo em comum com o BP que foram os problemas, porém, os problemas do BP, identificado no Capítulo 2, para o BCD, alguns são similares. Para Medeiros, que resume os problemas em dimensões de eficiência técnica, sustentabilidade financeira e conflitos políticos internos, com sugestões de ideias para melhorar o cenário no ano de 2013:

No entanto, mesmo com o estabelecimento do apoio ao banco no plano de metas da SEDES, não foi suficiente para torná-lo eficaz e dotá-lo dos requisitos necessários para sua sustentabilidade. Assim, a partir de inferências e da interpretação dos achados na pesquisa de campo, identificamos os desafios no processo de consolidação de uma política pública cujo objeto seja os bancos comunitários decorrem de três dimensões principais, a saber: **eficiência técnica, sustentabilidade financeira e conflitos políticos internos** (MEDEIROS, 2014, p. 83).

Pela eficiência técnica, (MEDEIROS, 2014, p. 83-84) diz que o desenvolvimento de habilidades técnicas e específicas voltadas para a gestão da carteira de crédito e dos riscos da atividade “bancária”, bem como uma dimensão da construção dos sujeitos enquanto atores políticos precisam ser superados, como é no caso do BP:

A **eficiência técnica** foi identificada como um importante desafio a ser superado pelos BCDs, uma vez que a gestão de uma experiência com a complexidade de um banco - que envolve o desenvolvimento de uma variedade de operações financeiras, somadas a articulação e mobilização política dos territórios - exige da entidade gestora e dos agentes de crédito uma forte sensibilização para economia solidária, o desenvolvimento de habilidades técnicas e específicas voltadas para a gestão da carteira de crédito e dos riscos da atividade “bancária”, bem como uma dimensão da construção dos sujeitos enquanto atores políticos (MEDEIROS, 2014, p. 83-84).

Para a Sustentabilidade Financeira (MEDEIROS, 2014, p. 84) entende como necessidade de apoios quer sejam do poder público, da sociedade civil ou da iniciativa privada, para a implantação que é outro fator crítico e se constitui num desafio à constituição das experiências, como é também no caso do BP:

Sustentabilidade financeira outro fator crítico e se constitui num desafio a constituição das experiências de BCDs. Aqui não entendemos a sustentabilidade financeira como a capacidade de auto sustentar-se, mas sim como a necessidade de apoios quer sejam do poder público, da sociedade civil ou da iniciativa privada para a implantação desta tecnologia. Sem uma conjugação de esforços no sentido de fornecer subsídios efetivos para a formação do fundo de crédito, bem como para as despesas operacionais do banco, não há como tal iniciativa surtir efeitos sobre o desenvolvimento local. Este se constitui um forte desafio a experiência da Cidade de Deus. Sem recursos no fundo de crédito para a concessão de crédito e com a suspensão das atividades do correspondente bancário, a entidade se viu obrigada a suspender as atividades financeiras do banco e passar por um processo de revitalização de parcerias e de estratégias de atuação junto à comunidade (MEDEIROS, 2014, p. 84).

E o último, são os conflitos políticos internos (MEDEIROS, 2014, p. 84-85), recomenda a necessidade de superação nas micro disputas políticas internas na gestão, o que tem gerado uma certa paralisia no processo de revitalização das atividades, que não é no caso do BP:

Por fim, a última dimensão dos desafios presentes na Cidade de Deus relaciona-se a **conflitos políticos internos**, mais especificamente, à necessidade de superação das micro-disputas políticas internas na gestão da Agência de Desenvolvimento da CDD e, conseqüentemente, no banco comunitário. Essas disputas tem gerado uma certa paralisia no processo de revitalização das atividades do banco e é refletida na ausência de um consenso da entidade gestora a respeito de questões básicas ao funcionamento da experiência, como a reativação do correspondente bancário (MEDEIROS, 2014, p. 84-85).

No caso do BP, os problemas que existem e que estão se agravando, são motivados também em parte pela falta de uma agenda vigente para atingir os seus objetivos secundários, com metas definidas em um prazo estabelecido. E não apenas trabalhar com os objetivos de criação. Por considerar as constantes mudanças no dia a dia é que surgem novos, ou agravam os velhos problemas, de seus clientes e usuários nas áreas servidas.

Com esse conjunto de falhas, que resulta no atual cenário, analisados no capítulo 2, mostra que os problemas são provocados em partes pela comunidade local, que são os residentes e domiciliados e que também são os clientes e usuários na Vila São Brás, para as áreas servidas, da administração da instituição gestora, a AMM/MM, agravando-se pelo fato de não ter políticas públicas na administração da esfera municipal de Dourados. Com isso comparo as conseqüências, direta e/ou indiretamente e sugiro algumas ideias para cada problema, que podem ser realizadas, de acordo com as suas limitações:

Quadro 8 – Dos Problemas as Sugestões de Ideias para Solucionar

DOS PROBLEMAS	AS SUGESTÕES DE IDEIAS
1. Criados no início, os produtos e serviços, alguns estão adaptados, para os dias de hoje, e outros não – cancelados, e não foram adaptados e/ou substituídos. E, não foram criados outros e/ou novos.	1.1 Nesse cenário, realizar uma pesquisa nas áreas de atuação ou com clientes e usuários para saber o atual perfil da comunidade local. Para em seguida, recriar, desativar ou criarem novos produtos e/ou serviços para atender as necessidades no presente.
2. Os residentes e domiciliados, empreendimentos e empreendedores não estão usando o Pirapire, e sim o Real.	2.1 É preciso realizar uma nova inserção de chamadas de publicidade e propaganda exibindo Pirapire como o que é, o seu, objetivo, as suas características. Por meio de panfletos no Pire e distribuídos em pontos de maior movimento nas áreas servidas também em prédios públicos como posto de saúde, escolas, em prédios privados como em bares, mercearias, brechós, nos canais de comunicação como em redes sociais, aplicativos de mensagens, carros de som, rádios locais.
3. Não há projetos em andamento e/ou concluídos em 2019, para a criação de empreendimentos, de forma sustentável, com o objetivo de geração de mais e novos empregos, dentro da comunidade.	3.1 Há várias propostas para essa situação, exemplo: planejar, construir e criar novos empreendimentos que ofereça produtos e serviços pensando no menor impacto para o meio ambiente por exemplo empreendimentos de artesanato com produtos reutilizados e aulas profissionalizantes para ensinar a dar um novo sentido para esses produtos, como um serviço.
4 Não ocorre a troca por compra de produtos, e pagamentos de serviços entre residente e domiciliados, de dentro da comunidade da Vila São Brás.	4.1 Realizar eventos por exemplo feiras como meio para as pessoas trocarem roupas por cobertas ou serviços como corte de cabelo por aula de dança de lambada, são alguns exemplos.
5 Produtos e serviços estão sendo comprados e utilizados, por maioria, dos residentes e domiciliados, de outros locais do município.	5.1 Realizar publicidade e propaganda dos empreendimentos, em seus canais de comunicação e como também criar feiras periódicas para divulgar os produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos de dentro da área servida que sai residentes e/ou domiciliados que também são clientes e usuários.

6 Empregados em outros locais do município.	6.1 Criar um banco de emprego com pessoas que procura emprego e de vagas abertos como uma agência de empregos.
7 Os residentes e domiciliados não tem conhecimento de sua existência.	7.1 Criar semana de informações gerais sobre o Pire, no prédio e em pontos de maior circulação de pessoas.
8 Utilizam os produtos e serviços de outras instituições financeiras convencionais.	8.1 Realizar cursos sobre o Pire exibindo sobre o que é, a história, seus produtos e serviços, criar e exibir chamadas em seus meios de comunicação como em redes sociais por exemplo.
9 Não tem ações para cada perfil de residente e/ou domiciliado, como sexo, gênero, nacionalidade, perfil socioeconômico.	9.1 Criar programas de voluntariado ora de trabalho para de estágio como oportunidade de inserir no mercado de trabalho. Adaptar os produtos e serviços para cada perfil de cliente e usuários.
10 Não compartilha conhecimentos em geral.	10.1 Criar chamadas de publicidade e propaganda ofereça produtos e serviços em seus meios de comunicação e em outros meios como em rádios comunitários, panfletagem.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das observações em campo, 2020.

3.3 AGENDA 2030: PIRE PELAS LENTES DAS ODS

Analisado anteriormente, o resultado apontou que o objetivo de criação do BP está estagnado por diversos fatores e, em consideração a isso, foram sugeridas algumas ideias para serem executadas a quem necessita, na seção anterior. Nessa seção, a real intenção é analisar a partir dos problemas identificados e sugerir ideia para tentar solucionar, desta vez, pelas lentes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De início, a “Agenda 2030” sugere inúmeras ideias e ações para melhorar as comunidades locais com o meio ambiente, e as pessoas, por meio de inclusão socioeconômico como a redução da baixa pobreza, pelo acesso ao crédito, para esses envolvidos, por ser um modelo, que deve ser pensado, adaptado à realidade a cada um e aplicado. Ressaltando que, por trás de cada objetivo tem suas metas, indicadores, como forma de guia, para se trabalhar, para atingir o objetivo com resultados esperados e previstos, conforme parte de uma agenda. Ou seja, em resumo, vemos como uma lição, que não é apenas ter um objetivo; é necessário ter uma meta em cada objetivo, dentro de uma Agenda.

A relação entre o BP e os ODS se busca por meio de uma representação na prática ao executarem ideias, em que os objetivos com metas e escopo convergem

com os ODS. Em outras palavras, os BCs são como exemplo de empreendimento de FS da ES que estão contemplados nessa agenda 2030 da ONU que inclui os ODS. Ambas as agendas tem um objetivo, com a palavra-chave que é o desenvolvimento por meio da inclusão, mais ainda, com o acesso ao microcrédito, como exemplo, e que há também, outros meios para se atingir esses objetivos. O Pire é um meio fundamental e essencial, que está localizado onde não há outras instituições públicas qualquer ou similar, que poderiam fazer o que o Pire faz e o que pode ainda fazer pelo que se demonstra na história brasileira dos BCs, que não faz em consequência da falta de recursos, atribuído a falta de qualquer apoio o que está gerando um cenário grave e preocupante como consequências, e que acende um alerta. O Pire existe, desde a sua criação, fundação, até hoje, em caso de falência, um novo meio que o venha a substituir, até se criar e solidificar, como está o Pire hoje, levará muito tempo. Com isso irá impactar diretamente, do lado negativo, para aqueles residentes e domiciliados naquela localidade, além das pessoas, também o meio ambiente. É fato que ambas as agendas andam juntas, os seus objetivos e metas são similares, mesmo que o Pire esteja operando na parcialidade com os seus objetivos, ao comparar com os Objetivos de Desenvolvimento, é o mesmo resultado. De fato, há uma parcialidade, como decorrência a falta de recursos diversos, comentado no capítulo anterior.

Ao comparar os objetivos de criação do BP analisado no capítulo 2, que diz “promover a qualidade de vida do território, através da reorganização da economia local com o sonho de que “Outra Comunidade é Possível” (ASSOCIAÇÃO MULHERES EM MOVIMENTO, 2006) e buscar por identificar os Objetivos da Agenda 2030 para identificar e reconhecer as semelhanças, tendo em comum as suas ações por meio dos produtos e serviços, localizamos os ODS n. 1, 2, 5, 8, 10 e 11, por meio de uma previsão de resultados realizados pela AMM/MM e BP. Porém, ao olhar para o que está sendo executado e, como consequência no atual momento, mais uma vez, não está sendo realizado totalmente, motivado pelo que foi identificado no capítulo 2. Mas, algumas realizações, como ao conceder microcrédito que está em andamento, é positivo e pode se comparar por meio da ODS que é identificado pelo n.1 como consequência, embora parcialmente. Os demais, não é possível, devido à falta de parceiras, apoios e recursos.

Por considerar os seus objetivos de criação do BP com os ODS da “Agenda 2030” que podem, juntos, ser um guia, para no futuro próximo, surgem ações a serem executadas, por algum ou todos aqueles atores em parcerias e apoios. Sugerimos

então, algumas ideias com os principais Objetivos de n. 1, 2 e 11, e os secundários o 5, 8 e 10, a partir do quadro de número 8:

Quadro 9 – Ideias para Solucionar os Problemas pelas Agendas

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	IDEIAS
1	Troca de roupas, doação para pessoas em situação de vulnerável socioeconômico, criar um ponto de reaproveitamento de frutas, legumes de produtos locais, e comidas de restaurantes, geladeira solidária, ponto de higiene básico, reconstrução de imóveis em caso de desastres naturais, ou de acidentes como incêndio, geladeira solidária, bicicleta solidária, casa solidária.
2	Sobras de refeições usadas para compostagem na horta comunitária, criar hortas comunitária, distribuir a produção dessas hortas comunitária para quem necessita.
5	Ponto de denúncias de violência contra a mulher na localidade, inserir na Central de Comercialização da Economia Solidária. Priorizar vagas em vagas de cursos de qualificação de artesanato, trabalhos manuais, pinturas, em geral.
8	Cursos, palestras, seminários, sobre economia solidária, cursos profissionalizantes de produção para comercialização como de limpeza, artesanato, dicas, informações, sobre direitos trabalhistas, do consumidor.
10	Inserir como oportunidade independente de gênero ou orientação sexual nas vagas abertas nos empreendimentos e no Pire.
11	Manutenção de lugares públicos como praças, reciclagem comunitária, ressignificação e novo uso e destino de produtos como embalagens descartados.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Como exemplo a ser realizado em um situação para resolver um dos problemas, é o Banco Comunitário ICOM (BCICOM) pelo Instituto Comunitário da Grande

Florianópolis, na Grande Florianópolis, por meio de uma ação, durante a pandemia do COVID-19, pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), em março, criou a “Linha de Apoio Emergencial” com o objetivo de promover o acesso à alimentação, produtos de higiene e de limpeza, em áreas de vulnerabilidade social, para atingir os ODS 1 – “Erradicação da Pobreza”, ODS 2 – “Fome Zero” e o ODS 11 – “Cidades e Comunidades Sustentáveis”. Por meio de parceria com uma Organização da Sociedade Civil, que está nas áreas servidas, são feitos os cadastros de pequenos empreendimentos, para que recebam a moeda social. Depois são feitos os cadastros dos residentes e domiciliados, que receberão as moedas sociais para usarem nos pequenos empreendimentos cadastrados. Em família, os cadastrados receberão R\$ 200,00, por 3 meses. O valor estará disponível em suas contas no Banco Comunitário, com acesso por meio do aplicativo E-dinheiro, consultar o saldo e também onde comprar e utilizar. Então, é só ir a algum desses lugares, apresentar o aplicativo ou o CPF e comprar ou utilizar insumos, produtos e/ou serviços. As famílias atendidas recebem suporte da OSC da comunidade e do ICOM, para aprenderem a usar estes recursos e buscarem soluções. “É uma maneira de empoderar e dar autonomia para as famílias, apoiar os pequenos comerciantes e fortalecer os laços comunitários” (Instituto Comunitário da Grande Florianópolis, 2020). É com esse caso, que é sugerido como exemplo para o Pire, através de um projeto que irá ao menos tentar resolver, não a questão institucional como vimos no capítulo anterior e nas seções anteriores nesse capítulo, mas a quem se destina, ou seja, aqueles que necessitam receber ajuda, que o BP junto com a AMM/MM e a comunidade podem fazer isso, mesmo na falta de políticas públicas na esfera municipal.

Para Manzini (2008) isso são exemplos de ações de Comunidades Criativas, que são grupos se referem a um sistema onde ocorre uma troca contínua de criação, planejamento e execução de ideias, compartilhamentos de experiências e de visões sobre uma realidade singular, com o objetivo de resolver os seus problemas do dia-a-dia do local, daquela comunidade. Eichenberg (2013, p.22) complementa ao dizer que estas comunidades “estabelecem-se por meio do entendimento mútuo daqueles que participam desse contexto de forma coletiva, coproduzindo alternativas inovadoras com recursos locais de modo sustentável”. Que Manzini (2008) finaliza dizendo que “no modo como os indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades” (MANZINI 2008, p.62).

Com a cooperação entre esses atores da comunidade, as Comunidades Criativas constroem tipologia de inovação como o “bottom up”, que é de cima para baixo, na tradução. Desta vez com Medeiros (2018, p.20), diz que esta tipologia emerge na base de uma sociedade, principalmente em favelas mas também de periferias e em situações de perfil de baixa renda, que tem como “ponto de partida para seu percurso atividades de indivíduos e/ou grupos autônomos para a definição de um projeto que passa a funcionar de forma ampliada em sua comunidade”. E ainda, as Inovações Sociais podem estar interrelacionadas a: a) top-down, “de cima para baixo”, destaca iniciativas que surgem por meio de organizações maiores e governamentais; e b) peer-to-peer, “entre pares”, em que as propostas funcionam a partir da relação entre diferentes atores que dão apoio a ideia (MEDEIROS, 2018, p.20).

Por fim, esse capítulo buscou analisar a partir dos problemas identificados e sugerir diversas ideias para tentar solucionar pelas lentes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da “Agenda 2030”, por meio dos resultados dos dados apresentados nos capítulos anteriores, desde o marco histórico do surgimento, dos Bancos Comunitários no Brasil, com o Palmas que é um exemplo para o Pire, no primeiro capítulo e, também, ao identificar os principais problemas do Pire, no capítulo seguinte. A partir disso, o capítulo apresentou algumas ideias por meio de seus objetivos no confronto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em consideração à visível similaridade das Agendas, para atingir o desenvolvimento solidário sustentável que irá impactar positivamente na comunidade local, nas áreas de atuação composta pelas microáreas de bairros próximos da Vila São Braz, com a realização de sugestões de ideias projetadas, como a que ocorre com o Banco Comunitário (de Desenvolvimento) ICOM, como um modelo de peer-to-peer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o Palmas, o Pire e outros Bancos Comunitários são exemplos de empreendimento financeiro solidário para outras comunidades no Brasil, seja em um local de periferias, fronteiras, distritos e/ou bairros, em que outros Bancos Comunitários poderão ser criados, em um futuro próximo. Observando-se objetivos singulares, com base nos objetivos globais dos Bancos Comunitários de sua Rede, para tentar resolver os problemas de seus residentes e domiciliados. Atendendo as necessidades, para o desenvolvimento ambiental, econômico e social com sustentabilidade, previstos na definição pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários e da Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

No caso do Pire, com o cenário em 2019, que foi identificado com vários problemas, como consequências de inação ora das Mulheres em Movimento, ora de residentes e domiciliados que são clientes e usuários nas áreas de atuação, ora de políticas públicas da administração de governo na esfera municipal, ora da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Pode mudar, com ações que são necessárias que sejam executadas, juntos, entre esses atores principais, para que o objetivo do Pire continue com as suas ações e atinja seu objetivo de criação e, que seja um meio para Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável naquela localidade. Com a sugestão de fazer parcerias com os atores como a Prefeitura, a comunidade local, empresas de dentro e fora do local, instituições de ensino superior e ter apoios por uma Agenda mais ampla com objetivos e metas para realizarem, que sejam executados com o maior número de mãos possíveis para que possam se concretizar. Em uma hipótese que é sombria, num cenário de agravamento dos problemas que foram identificados e, ainda com perspectivas de surgirem novos e outros contratempos, o Banco Pire pode ser desativado e fechado. O que não ocorreu até o presente momento por um único fator, que é da boa vontade de um Agente, que trabalha como voluntário, com poucos recursos, por acreditar no ideal que tenta concretizar por meio de seu trabalho. Como exemplo, com o que pode suceder com o Pire, é o Banco Pantanal.

Friso que cada ator tem a sua participação de uma forma ou de outra atribuída de culpa em parcialidade mesmo que eles possuem responsabilidades diferenciadas e até pesos diferentes mas que somam e que resulta nesse cenário de abandono e

condições precárias: a comunidade que decidiu criar e apoiou, mas que por exemplo, não faz nenhum trabalho voluntário, para tentar resolver a falta de Agentes, aliás só procura o Pire para ir, usar e ir embora, e que não retribuí. Outra é da gestão, por parte da Mulheres em Movimento, que fundou e administra, mas que não procura resolver, e que está esperando a solução chegar, e não vão em busca, que apenas emprestam seus nomes a cargos. Com a Rede, que depois de ajudar na criação e fundação, e da visita turística do fundador do Palmas, não procura em saber da atual situação, nem ao menos telefonar. E, por fim, dos últimos governos das administrações da esfera municipal, que nem mesmo durante as eleições para as propagandas eleitorais, visitam, ou desenvolvem projetos em suas agendas quando eleitos, para a comunidade por meio do Pire. Com tudo isso, a Agente tenta manter vivo a ideia, estando lotada na Mulheres em Movimento como colaboradora e como voluntária no Pire, se sobrecarregando, como consequência agravando na qualidade dos atendimentos, como exemplo, dentre outras séries de consequências.

Mas, isso pode mudar, com a participação e ações como exemplo de instituição de ensino superior, é a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por meio de seus cursos em suas Faculdades que poderiam fazer parte, ao criar outros e novos projetos e executar por professores e estudantes de campos de estudos como: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia de Computação, Letras, Letras-Libras, Relações Internacionais, Sistemas de Informação, entre outros, com qualidade que possa gerar resultados significativos. A prefeitura com recursos humanos, poderia participar com estagiários. A comunidade local teria oportunidade de participação através de agentes voluntários. A associação Mulheres em Movimentos, ao buscar a tentativa de concretizar projetos com todos entre as várias hélices possíveis com algumas ideias entre os seus objetivos, como os do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, para resolver os problemas locais.

Durante a análise, ao buscar identificar as semelhanças entre os objetivos de criação do Pire com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e em suas ações, foi possível identificar alguns, que são positivos, que mostram, pelas semelhanças, o papel do Pire como ator principal na ação. Um meio de grande exemplo e notoriedade, para atingir os seus objetivos podem ser observados pelos que estão elencados na sequência: Objetivo 1 “Erradicação da Pobreza”, 2 “Fome Zero”, 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e como secundários os ODS 5 “Igualdade de gênero”, 8 “Trabalho decente e crescimento econômico” e 10 “Redução das desigualdades”.

O Pire é um exemplo de ator, que é um meio de empreendimento financeiro solidário de nível local à (inter)nacional que pode desenvolver a comunidade do bairro Vila São Braz e suas áreas de atuação composto pelas microáreas, pelos próximos anos, nesse futuro próximo, por meio das características globais de um Banco Comunitário e com os seus objetivos singulares. É um meio de pagar boletos, contas e tributos, que gera empreendimentos, renda, trabalho, produção, comercialização e consumo, para a localidade. Trata-se de uma abertura pela qual o desenvolvimento virá por meio do desenvolvimento solidário e, melhor, com a sustentabilidade, que será uma intersecção entre as Agendas.

REFERÊNCIAS

ABRAO, Nelson. **Direito Bancário**, 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. **La hechura de las políticas**. México: Porrúa, 1992.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. **Moeda social 2**. In: CATTANI. Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ASSIS, Cecy Fernandes de. **Ñe'ẽryru: Avañe'ẽ - Portuguese / Portuguese – Avañe'ẽ / Dicionário Guarani-português / Português-Guarani**. São Paulo: Edição Própria, 2008.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Biblioteca Solidária**. Disponível em: <https://www.bancopire.com.br/biblioteca_solidaria.php>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Início**. Disponível em: <<https://www.bancopire.com.br/index.php>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Pirapire**. Disponível em: <<https://www.bancopire.com.br/pirapire.php>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Pire Comercialização**. Disponível em: <https://www.bancopire.com.br/pire_comercializacao.php>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Pire Finanças**. Disponível em: <https://www.bancopire.com.br/pire_financas.php>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Pire Formação**. Disponível em: <https://www.bancopire.com.br/pire_formacao.php>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Ponto de Finanças**. Disponível em: <<https://www.bancopire.com.br/pirecred.php>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BANCO COMUNITÁRIO PIRE. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.bancopire.com.br/quem_somos.php>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdir; REZENDE, Valéria. **Introdução ao microcrédito**. Brasília, DF: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Política nacional de economia solidária**. Brasília: Senaes/MTE, 2013. v. 4.

BUARQUE, Sergio Jose Cavalcanti. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2 ed. Recife: IICA, 1999.

COLONOMOS, Ariel. **Emergence d'un objet et perspectives internacionalistes**. In.: CHARILLON, F. et al. *Sociologie des réseaux transnationaux*. Paris: Editions L'Harmattan, 1995. 299p.

COSTA, Melissa Andrade. **Como avaliar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Desafios e possibilidades para a agenda global de avaliação**. 2018 RPPI, v.3, n. 1, p. 100-123, jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/38472>>. Acesso em: 31 Dez. 2020.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda**. Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 19, p. 21-25, jun. 2002.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. Pearson: New Jersey, 2008.

EICHENBERG, C. H; **Inovação Social: Um desafio para o design: o papel do design estratégico no processo de inovação social**. Dissertação de Mestrado em Design – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre, 2013.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Edital Proex Nº 17/2019 Seleção De Voluntários Nos Empreendimentos Incubados Da Incubadora De Tecnologias Sociais E Solidárias – Itess/Proex/2019**. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/editais/78/PROEX/Edital%20017.2019%20-%20Chamada%20para%20estudantes%20volunt%C3%A1rios%20ITESS.pdf>> Acesso em: 02 de jan. 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Edital Proex Nº 28/2019 Homologação Das Inscrições Do Edital Proex/Ufgd Nº 17/2019 E Convocação Para Entrevista De Seleção De Voluntários Nos Empreendimentos Incubados Da Incubadora De Tecnologias Sociais E Solidárias – Itess/Proex/2019**. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/editais/78/PROEX/Edital%20028.2019%20-%20Homologa%C3%A7%C3%A3o%20de%20inscri%C3%A7%C3%B5es%20-%20Chamada%20para%20estudantes%20volunt%C3%A1rios%20ITESS.pdf>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Edital Proex Nº 32/2019 Resultado Final E Convocação Seleção De Voluntários Nos Empreendimentos Incubados Da Incubadora De Tecnologias Sociais E Solidárias – Itess/Proex/2019**. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/editais/78/PROEX/Edital%20032.2019%20-%20Resultado%20Final%20-%20Chamada%20para%20estudantes%20volunt%C3%A1rios%20ITESS.pdf>>. Acesso em: 02 de jan de 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Edital Proex/Itess Nº 34/2018, De 13 De Junho De 2018 Seleção De Ações De Fluxo Contínuo, Sem Ônus, De Pré-Incubação E Incubação De Novos Projetos E Empreendimentos Para Ingresso Na Incubadora De**

Tecnologias Sociais E Solidárias. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/editais/78/PROEX/Edital%20034%20-2018%20-%20Fluxo%20Continuo-ITESS-UFGD%2012-06.pdf>>. Acesso em: 02 de jan. de 2020

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Edital Proex/Itess Nº 40/2018, De 13 De Julho De 2018 Resultado Seleção De Ações De Fluxo Contínuo, Sem Ônus, De Pré-Incubação E Incubação De Novos Projetos E Empreendimentos Para Ingresso Na Incubadora De Tecnologias Sociais E Solidárias.** Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/editais/78/PROEX/Edital%20040%20-2018%20-%20Resultado%20inscritos%20em%20JUNHO%20EDITAL%20Fluxo%20Continuo-ITESS-UFGD.pdf>>. Acesso: 02 de jan. de 2020.

GOOGLE MAPS. **Vila São Braz, Dourados – MS.** Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Vila+Sao+Braz,+Dourados+-+MS/@-22.2415693,-54.7453267,16z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x9489062b558d2669:0x23e0b6f6c5bba6db!8m2!3d-22.242076!4d-54.740517>>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

IBGE. **Cidades@, Mato Grosso do Sul, Dourados, História.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/historico>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

IBGE. **Cidades@, Mato Grosso do Sul, Dourados, Panorama.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

IBGE. **Cidades@, Mato Grosso do Sul, Dourados, Pesquisa.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

IBGE. **Dourados (MS), Cidades e Estados, IBGE.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

IBGE. **IBGE divulga relação dos municípios na faixa de fronteira.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24071-ibge-divulga-a-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira>>. Acesso em: 27 de mar. 2019.

IBGE. **Municípios da faixa de fronteira.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 27 de mar. 2019.

IBGE. **Municípios da faixa de fronteira.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?edicao=24076&t=sobre>>. Acesso em: 27 de mar. 2019.

IBGE. **Municípios da faixa de fronteira.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?edicao=24076&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 27 de mar. 2019.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Como Abrir um Banco Comunitário.** Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/como-abrir-um-banco-comunitario/>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.** Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/relatorio_do_ii_encontro_rede_de_bancos.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Relatório do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.** Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/relatorio-do-ii-encontro-da-rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

Introdução. In MELLO, S. L. (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais.** São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. _____. É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres? In MELLO, Sylvia Leser et al. **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais vol.2.** São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2007.

JÚNIOR, José Cretella. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988.** Vol. 3. Rio de Janeiro/RJ. Forense Universitária. 1991.

FONTES, Angela Maria Mesquita. **Expansão do setor de microfinanças no Brasil.** Rio de Janeiro: Ibam, 2003.

LANGE, Odila Schwingel. **A Economia Solidária no município de Dourados-MS: Economia Solidária.** 2008.

LEXML BRASIL. **Constituição de 1988.** Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933.** <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1933-04-07;22626>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Decreto nº 85.064, de 26 de Agosto de 1980.** Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1980-08-26;85064>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Decreto-Lei nº 311, de 2 de Março de 1938.** Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1938-03-02;311>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de Junho de 2007.** Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2007-06-26;6135>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964.** <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1964-12-31;4595>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.** <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2005-04-25;11110>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de Maio de 1979.** Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1979-05-02;6634>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.** <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999-03-23;9790>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LEXML BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002-01-10;10406>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MANZINI, Ezio. **Design para inovação social e sustentabilidade: Comunidades Criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais.** Coordenação de tradução Carla Cipolla; Rio de Janeiro: E- Papers (Cadernos do grupo de Altos Estudos; v. 1, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEDEIROS, Amanda Cristina; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Bancos comunitários de desenvolvimento como instrumento de políticas públicas: o caso do Banco Cidade de Deus.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13516>>. Acesso em: 01 de dez. 2020.

MEDEIROS, Carolina Beltrão de. **Expansão de Iniciativas de Inovação Social: Uma proposição adaptativa para análise de percursos.** Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

MESQUITA, Angela. **Expansão do setor de microfinanças no Brasil.** Rio de Janeiro: Ibam, 2003.

O Progresso. **Braz desapropria área de 100 mil m² para assentar mais 500 famílias.** Dourados, 18 de maio de 1990, a. 40. n. 5246, p.3.

O Progresso. **Geral: Prefeitura Municipal de Dourados Decreto nº 110 de 16 de maio de 1.990.** Dourados, 18 de maio de 1990, a. 40. n. 5246, p. 5.

O Progresso. **Geral: Prefeitura Municipal de Dourados Lei nº 1.741, de 22 de outubro de 1991.** Dourados, 23 de outubro de 1990, a. 41. n. 5589, p. 8.

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTROS DE IMÓVEIS. **Registro de Loteamento nº 004/95, de 05 de maio de 1995.** Matrícula: 63.554; Ficha: 1. Livro: 1.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ NAÇÕES UNIDAS. **A/RES/70/1 Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development.** Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ NAÇÕES UNIDAS. **Agenda de Desenvolvimento Sustentável é adotada por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agenda-de-desenvolvimento-sustentavel-e-adotada-por-unanimidade-pelos-193-estados-membros-da-onu>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ NAÇÕES UNIDAS. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ NAÇÕES UNIDAS. **Países chegam a acordo sobre nova agenda de desenvolvimento pós-2015.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agenda-de-desenvolvimento-sustentavel-e-adotada-por-unanimidade-pelos-193-estados-membros-da-onu>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Conceitos de comunidade, local e região: interrelações e diferenças.** Líbero, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/508>>. Acesso em: 31 dez. 2020.

PORTAL PREFEITURA DE DOURADOS. **Mapas – SEPLAN.** Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/mapas-seplan/>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

RAPOSO, Jaciara Gomes; FARIA, Maurício Sardá de. **Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5936/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 01 de dez. 2020.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a Economia**. 21ª edição. Ed. Atlas, 1997.

SALOMON, Aloísio Vicente. A visão do associativismo. In: LENZI, Fernando César; KIESEL, Márcio Daniel (Org). O empreendedor de visão. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Claire Gomes dos; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Microcrédito e Pobreza: um Diálogo Possível?** 2009 RAC, Curitiba, v. 13, n. 4, p. 53-67, jun. 2009.

SANTOS, Milton Almeida dos. **O dinheiro e o território**. In: _____ et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13 – 21.

SCHUMANN, Livia Rejane Miguel Amaral. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético**. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17001/1/2014_LiviaRejaneMiguelAmaralSchumann.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

SINGER, Paul Israel. **Economia Solidária**, entrevista com Paul Singer: entrevista. [23 de setembro, 2007]. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 22, n. 68, 2008, pp. 289-314. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020> Acesso em: 02 de jan. 2020.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1. Ed, 2002.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Revista de Estudos Avançados, n. 18 (51): 7-22, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9997>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

SINGER, Paul Israel. **O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária** In: Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. Org. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013.

SINGER, Paul Israel. **Dez Anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)**. Mercado de Trabalho: ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), v. 56, p. 89-93, fev. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3784/1/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

SOARES, Cláudia L. B. **Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOTO, William Héctor Gómez. **A cidade, o subúrbio e a periferia**. Universidade de Santa Cruz do Sul, Disponível em: <unisc.br/site/sidr/2008/textos/71.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

SPOSATI, Aldaiza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. In: VERÁS, M.P.B. (Ed.) Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras linhas de direito econômico**. 4ª ed. São Paulo: LTr, 1999.

THOENIG, Jean-Claude. **L'analyse des politiques publiques**. In: GRAWITZ, Madeleine; LÉCA, Jean. *Traité de science politique*. v. 4: Les politiques publiques. Paris: PUF, 1985. p.1-60.

WEBGIS DOURADOS. **Mapa da Cidade**. Disponível em: <<https://geodourados.dourados.ms.gov.br/>>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

WOLFFENBÜTTEI, Andréa. **O que é? - Marco regulatório**. Desafios do desenvolvimento: IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2093:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. 1 ed. São Paulo: Editora Ática. 2008.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

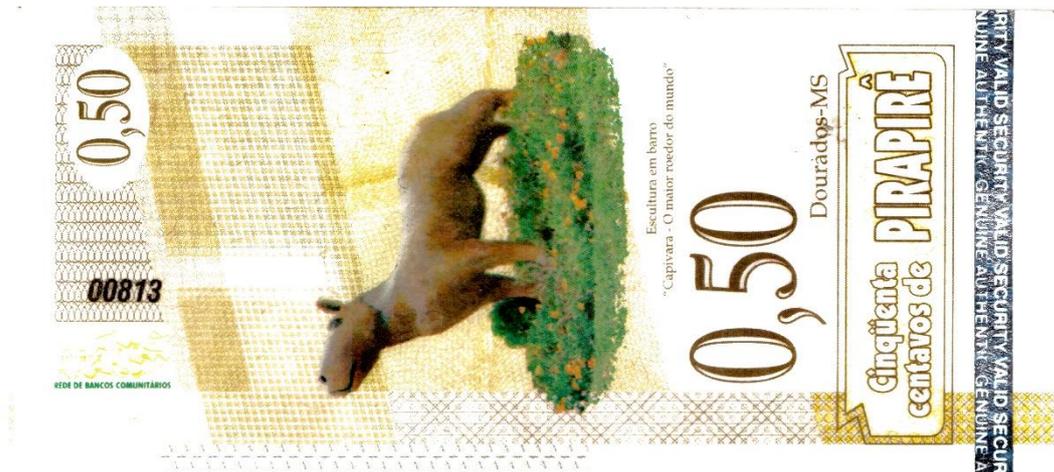
ANEXO

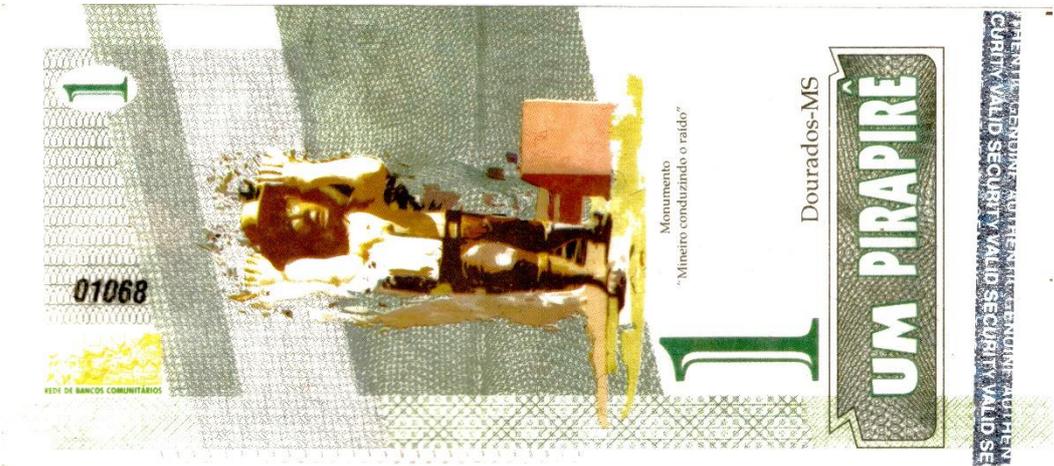
Abaixo, a logo do Pire atual representado pela figura de peixe na cor verde:



Fonte: Mulheres em Movimento; Pire. Logo Pire (2019).

E as moedas sociais Pirapire(s) de 0,50, 1, 5 e 10, em arquivo pessoal:







Fonte: Acervo Pessoal. Pirapire. (2020).